

26/03/2019

Grande Imprensa

O GLOBO - RJ

[Vacina contra febre amarela pode evitar zika](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Embates](#)

[A fase do "outrismo"](#)

[MEC suspende avaliação e secretária se demite](#)

[Ensino brasileiro em Dubai](#)

[Cinco pilares para impulsionar o ensino](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Governo Bolsonaro suspende avaliação de alfabetização por dois anos](#)

[Edital do Enem é divulgado nesta segunda \(25\); taxa de inscrição será de R\\$ 85](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[MEC suspende avaliação de alfabetização e abre nova crise](#)

[Para secretário, perda de um ano é 'irreparável'](#)

[País fica sem termômetro da aprendizagem](#)

[Enem terá uma taxa de inscrição de R\\$ 85](#)

O GLOBO - RJ

[MEC suspende avaliação de alfabetização](#)

[Vélez prepara nova rodada de demissões na pasta](#)

[Servidores na universidade](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Nova demissão no MEC](#)

[Pesquisa mostra que ajustes nos balanços melhoram resultados](#)

Imprensa Estadual

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[O governo tem ideias muito arcaicas com relação à educação](#)

MEIO NORTE - PI

[Curso da Ufpi obtém nota máxima do MEC](#)

O POPULAR - GO

[Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais excluiu alunos de 7 anos das provas nacionais e do exame de Matemática](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Desvincular ou vincular melhor?](#)

[Secretária de Educação Básica pede demissão do MEC](#)

AGÊNCIA GLOBO

[CNE planeja rever parecer sobre financiamento na educação e MPF cobra explicações](#)

[Vélez prepara mais uma rodada de demissões no MEC](#)

[Governo revoga portaria que previa avaliar alfabetização de crianças só em 2021](#)

CORREIO WEB

[Secretária de Educação Básica pede demissão do MEC](#)

[EducaDF prevê até R\\$ 800 milhões para investimentos em educação](#)

G1

[Inep deve adotar medidas para aperfeiçoar aplicação de provas do Enem, recomenda](#)

[MPF em Uberlândia](#)

[Secretária de Educação Básica do MEC pede demissão](#)

CLIPPING



[Conselho vai decidir se mantém indicador que amplia investimento federal em educação básica](#)

[Governo revoga portaria com mudanças no Sistema de Avaliação da Educação Básica](#)

PORTAL VEJA

[MEC revoga decisão de não avaliar alfabetização de crianças](#)

R7

[Estudantes de escola pública participam de competição nos EUA](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Secretária de Educação Básica pede demissão do MEC](#)

[Secretária de Educação Básica do MEC pede demissão](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[Vacina contra febre amarela pode proteger contra o zika](#)

AMAZONAS NOTÍCIAS

[Biblioteca Antenor Ferreira Filho será inaugurada nesta terça-feira na Escola Superior de Tecnologia](#)

LEIA JÁ

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados](#) Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos

TAROBANEWS

[Hospital Veterinário prioriza atendimento à população carente](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Governo Bolsonaro suspende avaliação de alfabetização por dois anos](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Entidade que representa gestores municipais critica decisão do MEC de adiar avaliação de alfabetização](#)

PORTAL ISTOÉ

[Saeb avaliará creches e terá prova de ciências para ensino fundamental](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Desistência de avaliar alfabetização surpreendeu até integrantes do MEC](#)

[Saeb avaliará creches e terá prova de ciências para ensino fundamental](#)

[MEC vai deixar de avaliar a alfabetização das crianças](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DO ESTADO - MS

[Currículo de/para a educação física escolar](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[MEC desiste de avaliar nível de alfabetização de crianças aos 7 anos](#)

AGÊNCIA VALOR

[CVM aprova registro de oferta para fechar capital da Somos Educação](#)

METRÓPOLES

[MEC vai deixar de avaliar a alfabetização das crianças](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Taxa do Enem 2019 sobe para R\\$ 85; inscrições vão de 6 a 17 de maio](#)

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Vacina contra febre amarela pode evitar zika

Descoberta de pesquisadores da UFRJ e da Fiocruz traz promessa de frear nova epidemia; embora número de casos tenha caído, doença é das mais temidas por causar microcefalia e uma série de malformações em bebês

A vacina da febre amarela pode proteger contra a infecção pelo vírus zika. Um estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) mostrou que, em testes, a vacina estimula o organismo a destruir o zika. Embora o número de casos da doença tenha diminuído nos últimos meses, a zika é uma das mais temidas infecções do mundo porque causa microcefalia e uma série de malformações em bebês, além de distúrbios neurológicos, como a síndrome de Guillain-Barré, em adultos.

Desde a epidemia de 2015, numerosos grupos de pesquisa buscam desenvolver uma vacina, até agora sem sucesso. A descoberta feita agora por uma equipe de 16 cientistas acena com a possibilidade de controlar o zika com uma vacina já em uso no Brasil, barata e com a segurança comprovada. A ação protetora se explica porque os vírus zika e da febre amarela são parentes próximos. Pertencem à família dos flavívirus, da qual também faz parte a dengue. Pesquisadores já suspeitavam que poderia haver uma reação cruzada entre eles, mas os resultados de estudos até agora eram contraditórios.

Havia dúvida se a infecção por um poderia proteger contra os outros ou, ao contrário, agravar a doença. O novo estudo revelou que a ação é protetora. O trabalho foi coordenado por Jerson Lima Silva, Andrea Cheble Oliveira e Andre Gomes, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem, e Herbert Guedes, do Instituto de Biofísica da UFRJ.

— Os resultados são promissores e, como a vacina de febre amarela já é recomendada no país, a mensagem imediata é que as pessoas devem se vacinar porque não só evitam uma doença de elevada letalidade quanto ainda potencialmente podem ganhar proteção contra a zika— diz Jerson Lima Silva.

PARENTESCO ENTRE VÍRUS

Os cientistas ainda não sabem se o mesmo acontece com a dengue porque há quatro vírus que causam a doença, e seus mecanismos ainda não são totalmente conhecidos. A vacina existente contra a dengue tem ação limitada.

O parentesco entre os vírus não era o único indício de que a vacina da febre amarela poderia evitar o zika. Chamou a atenção dos cientistas o fato de haver mais casos de microcefalia e da chamada síndrome da zika congênita no Nordeste, onde a cobertura vacinal contra a febre amarela não chega a 5% na maioria dos estados. Além disso, acrescenta o pesquisador Herbert Guedes, os casos de zika diminuíram depois que a epidemia de febre amarela emergiu em 2017 e foram iniciadas campanhas de vacinação no Sudeste.

Os cientistas estudam agora como a vacina da febre amarela protege contra o zika. Ela é feita com o vírus vivo atenuado. O risco de contrair a doença é muito baixo, de uma reação adversa para cada 400 mil doses aplicadas. Normalmente, as vacinas estimulam o organismo a produzir anticorpos. Mas esse não parece ser o caso contra o zika. Guedes explica que ela atua sobre um tipo de linfócito que produz substâncias chamadas citocinas, tóxicas para o zika.

O trabalho foi realizado com camundongos, que foram imunizados e depois infectados pelo zika. O cérebro dos animais vacinados apresentou baixíssima concentração de vírus e nenhum sinal da doença, em contraste daqueles não imunizados. Uma das características do zika é se alastrar pelo cérebro dos bebês infectados na gestação.

O estudo só foi possível graças à rede criada para combater as doenças do Aedes (zika, dengue e chicungunha) no país e foi financiado por recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

POUCOS SÃO VACINADOS

Apesar de enfrentar desde 2016 a pior epidemia de febre amarela das Américas em um século, o Brasil segue com baixa cobertura vacinal. Somente 52,7% da população é vacinada, a despeito da gravidade da doença. É preciso que 90% da população seja vacinada para que a circulação do vírus seja controlada.

O estado do Rio de Janeiro tem 55,6% da população imunizada. No Nordeste, a cobertura é insignificante. A Paraíba, duramente afetada pela zika, tem apenas 3,1% da população vacinada contra febre amarela.

A falta de cobertura é explicada, entre outros motivos, pela ação de grupos antivacina e pela dificuldade de acesso a postos de saúde. Não há fundamento, em números, para o medo de efeitos colaterais das vacinas, consideradas um dos instrumentos mais eficazes da medicina. Herbert Guedes, da UFRJ, destaca que, para cada US\$ 1 investido em vacina, são poupados US\$ 16 em gastos com a doença que ela previne.

Casos de dengue no país crescem 224% em um ano

Na cidade do Rio, situação mais preocupante é a da chicungunha, cuja incidência aumentou 303% em relação ao início de 2018

O Ministério da Saúde informou ontem que o número de casos de dengue no país aumentou de 62,9 mil nas primeiras 11 semanas de 2018 para 229.064 no mesmo período deste ano (até 16 de março). O número de mortes pela doença também cresceu, em 67%, passando de 37 para 62. Metade aconteceu no estado de São Paulo, que registrou 31 mortes.

Com isso, a pasta pede que o sistema de vigilância de estados e municípios e toda a população reforcem os cuidados para combater o Aedes aegypti, mosquito transmissor da doença—assim como da zika e da chicungunha.

No estado do Rio, a situação da dengue no período avaliado pelo ministério é menos grave — houve redução dos casos em 36%. Na cidade, porém, houve aumento de 66%: de acordo com números da Secretaria Municipal de Saúde, foram 689 casos em janeiro e fevereiro de 2018, e 1.148 nos mesmos meses de 2019.

Mais preocupante é a incidência da chicungunha no município do Rio, que teve um aumento de 303% dos casos em relação a janeiro e fevereiro do ano passado. No estado, o crescimento foi menor, de 15%, de acordo com o último boletim do Ministério da Saúde.

O subsecretário estadual de Vigilância em Saúde, Alexandre Chieppe, não descarta uma epidemia de chicungunha em cidades fluminenses. Ele afirma que os municípios mais críticos são Itaperuna, São João da Barra e Paraíba do Sul.

— Risco de epidemia sempre existe. Estamos falando desde o ano passado que esse é um vírus novo circulando entre uma população sem imunidade — afirma ele, completando que, entre as ações do estado no combate ao *Aedes aegypti* está o uso de drones pelo Corpo de Bombeiros para identificar áreas com potenciais criadouros.

— Não existe fórmula mágica. As diretrizes recomendadas pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial de Saúde tratam da eliminação de possíveis focos. Não existe tecnologia que substitua isso.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASÍLIA - DF

Embates

A CCJ é apenas uma das arenas que o governo precisará enfrentar nesta semana. Além de Guedes, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, foi convidado para participar de audiência pública na Comissão de Educação da Câmara, amanhã.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

A fase do "outrismo"

Cristovam Buarque

É professor emérito da UnB

Durante a campanha eleitoral em 2018, um candidato do DF ouviu do eleitor: “você é o melhor candidato”. Depois de agradecer, contente e iludido, o político ouviu mais isto: “Mas não votarei em você. Porque não quero o melhor, quero outro. Qualquer um, desde que seja outro”. Foi essa posição de “outrismo” que levou à grande renovação de parlamentares e à eleição do governo federal radicalmente diferente dos anteriores. Os políticos não perceberam seus próprios erros que, aos poucos, foram cansando os eleitores. É um sentimento parecido que está ameaçando nossas escolas: os pais não aguentam mais a situação e começam a buscar alternativas como a “militarização” ou “escola em casa”.

Não adianta argumentar sobre riscos da substituição de professores por militares, ou pelos próprios pais e professores particulares em casa. Cansados de violência, indisciplina, greves, baixo aprendizado, os pais não querem necessariamente uma escola melhor, caíram também no “outrismo”: querem outra escola. Eles têm razão, mesmo se não estiverem certos: da mesma maneira que os eleitores tinham razão, mesmo que não tenham acertado.

Às vezes, em nome de liberdade, ou comodismo, e quase sempre por falta de recursos, muitos pedagogos, professores, diretores de escola optaram ou foram forçados a fechar os olhos a atos de violência diária que provocaram, eventualmente, tragédias como a de Suzano, ou gestos de indisciplina corriqueira de alunos contra professores e colegas.

Não há liberdade sem disciplina, onde prevalece a lei da irresponsabilidade e da força. Daí o descontentamento e o desencanto com a escola como ela está e, em consequência, a busca por alternativa, qualquer que seja. O pior é que fizemos um “pacto de aceitação” com os governos: com pequenos aumentos salariais, depois de cada greve, voltamos às aulas sem nada mudar na escola.

No ponto em que chegamos, o caos da indisciplina, a falta de respeito pelos professores, que são as maiores vítimas, o descumprimento de regras básicas e a tolerância com o bullying, além da visão superficial e acomodada de uma “pedagogia de aceitação”, é difícil trazer a escola para um clima de liberdade com responsabilidade, respeito, dedicação ao aprendizado. Nessas condições, sem cair na militarização, que pode romper o equilíbrio disciplina-liberdade, a escola precisa de assessoria externa da qual podem participar professores militares. Lamentavelmente, muitos educadores não querem discutir o assunto, porque há uma resistência a analisar nossos erros do passado.

Cometemos o mesmo erro dos políticos de não nos perguntarmos onde estamos errando, ao ponto de muitas famílias preferirem professores fardados. Precisamos entender quais erros cometemos ao longo de décadas: relaxamos na disciplina, ao não adaptarmos metodologias aos alunos digitalizados, perdemos a sedução da escola que ensina o aluno a aprender o que ele precisa para enfrentar o mundo moderno. Pensamos em fazer uma escola onde crianças e jovens se sentiriam soltos dentro da escola, mas despreparados para serem livres, eficientes e felizes depois da escola. Ao sentirem que a escola não os ajuda a construir suas vidas, os alunos caem no desamor e na raiva e cresce a indisciplina.

Como está, não é possível continuar, mas a disciplina forçada militarmente na mesma concepção de escola não vai resolver e pode até agravar a tragédia. O que faz as escolas militares serem boas não é pela militarização, mas porque têm prédios bonitos, professores preparados e dedicados e os alunos são estimulados para carreiras futuras. E porque, sendo poucas, os governos concentram recursos nelas. Esse é o maior risco da militarização de escolas públicas: se elas derem certo, deixando as outras abandonadas, a raiva, a indisciplina e o baixo desempenho vão piorar naquelas não militarizadas por causa da comparação.

A questão é entendermos nossos erros, fazermos propostas sérias para mudarmos as escolas, inclusive com disciplina, exigindo a revolução educacional que os governos anteriores não quiseram fazer e o atual governo do “outrismo” caminha para piorar. O mesmo vale para a ideia de escola em casa: é preciso entender por que as famílias, desencantadas com a escola atual, querem o “outro”, ao ponto de preferirem nenhuma, correndo o risco de isolar suas crianças, em ambientes ainda mais restritos do que estão os alunos em grande parte das escolas privadas de hoje.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

MEC suspende avaliação e secretária se demite

Responsável pela educação básica, Tânia Leme de Almeida deixa o cargo após não ter sido informada da decisão de cancelar prova que avaliaria a alfabetização de alunos do 2º ano do ensino fundamental. Medida é criticada por profissionais da área

EDUCAÇÃO

A crise no Ministério da Educação (MEC) ganhou mais um capítulo. A secretária de

Educação Básica, Tânia Leme de Almeida, pediu demissão por não ter sido informada, mesmo sendo a responsável pela área, sobre a suspensão da avaliação da alfabetização de crianças do 2º ano do ensino fundamental.

Com a medida, determinada por portaria publicada ontem no Diário Oficial da União, as crianças ficarão de fora das provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Estão mantidas as avaliações para os estudantes do fim dos ciclos do ensino fundamental, ou seja, 5º e 9º anos, e do ensino médio, no 3º ano. A decisão pegou de surpresa profissionais que trabalham na área da educação básica, que criticam o longo vácuo que a falta de acompanhamento pode deixar na análise da alfabetização de alunos.

A justificativa do governo é que, em dois anos, as escolas de todo o país terão implantado a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e estarão ajustadas às políticas de alfabetização propostas pela Secretaria.

Diagnóstico

Com a decisão, perdeu validade portaria publicada em dezembro, ainda no governo Temer, que previa a realização, neste ano, de diagnóstico precoce das áreas de maior defasagem, antecipando a avaliação aos alunos do segundo ano do ensino fundamental, aos sete anos de idade. A prova ocorreria em outubro e já fazia parte do calendário escolar.

A medida havia sido motivada pelo desempenho preocupante das crianças medido pela Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), de 2016, que mostrou que 54% dos alunos de oito anos não conseguem fazer cálculos e localizar informações em textos de literatura infantil, ou escrever corretamente palavras da língua portuguesa.

Desde o início do atual governo, o MEC está envolvido em uma briga ideológica e de disputa por poder. Em meio a um embate inflamado com o filósofo Olavo de Carvalho, considerado o guru de Bolsonaro e responsável pela indicação dele próprio, o ministro, Ricardo Vélez demitiu vários auxiliares. Segundo fontes da pasta, novas demissões podem ocorrer nos próximos dias.

Preocupação

O diretor de estratégia política do movimento Todos pela Educação, João Marcelo Borges, criticou a falta de diálogo do MEC com os setores envolvidos na área. Ele afirmou que vê com preocupação a decisão de suspender por dois anos a aplicação das provas, por quebrar a série histórica educacional, parâmetro que ajuda a medir a eficiência do ensino básico.

“A alfabetização é o único tema educacional que foi elencado pelo governo como prioridade. Agora, não vai ter uma linha de base para conhecer os impactos da sua política. Como avaliar o Programa Nacional de Alfabetização se não tem um recorte anterior ao lançamento? Se as provas ocorrerem em 2021, só conheceremos os resultados no último ano do governo, em 2022”, destacou.

“O Brasil não pode viver uma instabilidade em que, a qualquer momento, uma decisão tira do calendário oficial uma atividade desse porte. A educação tem que ser tratada por gente técnica, séria, com competência”, frisou.

Professora de SP no Top 10 global

A professora de tecnologias da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ary Parreiras, em São Paulo, Débora Garofalo, está entre as 10 melhores do mundo e concorreu, domingo, ao Global Teacher Prize, considerado o Nobel da Educação. Ela ensina em uma área carente e violenta da capital paulista. Débora criou o projeto Robótica com sucata promovendo sustentabilidade, que já removeu mais de uma tonelada de lixo das ruas. O trabalho da brasileira foi selecionado entre mais de 10 mil candidatos de 179 países. A lista dos 50 melhores professores do mundo, divulgada em dezembro, tinha representantes de 39 países. Já o top 10 de melhores educadores do planeta contou com representantes de Reino Unido, Holanda, Japão, Argentina, Estados Unidos, Quênia, Índia, Geórgia, Austrália e Brasil. O professor queniano Peter Tabichi foi o vencedor e levou o prêmio de US\$ 1 milhão.

Até lanches serão examinados no Enem

O edital do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019 foi divulgado ontem pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A taxa de inscrição será de R\$ 85, este ano. O valor é maior do que o do ano passado, R\$ 82. As inscrições ocorrerão de 6 a 17 de maio. Entre as novidades do Enem, está a solicitação de uma foto do estudante, mas é opcional. Outra mudança é na segurança: o participante que deixar o aparelho eletrônico emitir qualquer tipo de som durante a prova será eliminado, e todos os lanches passarão por revista.

O candidato poderá se beneficiar de um aplicativo de orientação profissional. A ferramenta está em concepção. O espaço para rascunho de cálculos virá ao final no caderno de questões e poderá ser destacado. Surdos, deficientes auditivos e surdocegos poderão indicar, na inscrição, se usam aparelho auditivo ou implante coclear.

Após fazer a inscrição, os estudantes terão até 23 de maio para fazer o pagamento da taxa, para ter a participação confirmada.

Para pedir isenção da taxa de inscrição, o prazo vai de 1º a 10 de abril. No mesmo período, os estudantes isentos no ano passado e que faltaram ao exame podem apresentar justificativa e solicitar novamente o não pagamento. Os resultados das solicitações serão divulgado em 17 de abril.

Podem fazer o pedido de isenção estudantes que estão cursando a última série do ensino médio, em 2019, em escola da rede pública; aqueles que cursaram todo o ensino médio em escola da rede pública ou como bolsista integral na rede privada, com renda, por pessoa, igual ou menor que um salário mínimo e meio, que, em valores de 2019, equivale a R\$ 1.497.

São também isentos os participantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, membros de família de baixa renda com Número de Identificação Social (NIS), único e válido, com renda familiar por pessoa de até meio salário mínimo, ou R\$ R\$ 499, ou renda familiar mensal de até três salários mínimos, ou R\$ 2.994.

O Enem será aplicado em 3 e 10 de novembro. No primeiro dia, os participantes responderão a questões de linguagens e ciências humanas e farão a prova de redação. Para isso, terão cinco horas e meia. No segundo dia, terão cinco horas para resolver as

provas de ciências da natureza e matemática. Os gabaritos dos testes objetivos serão divulgados no Portal do Inep e no aplicativo oficial do Enem até 13 de novembro. A divulgação do resultado ainda não tem data marcada. (IS)

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA

Ensino brasileiro em Dubai

A Unicesumar, um dos 10 maiores grupos privados de ensino superior do Brasil, vai inaugurar nesta semana seu segundo polo de educação a distância (EAD) no exterior. Ele ficará em Dubai (foto), nos Emirados Árabes, e irá oferecer 34 cursos. Segundo a instituição, trata-se do único empreendimento desse tipo na região voltado a brasileiros. O mercado é, de fato, promissor. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, aproximadamente 10 mil brasileiros vivem em Dubai.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA

Cinco pilares para impulsionar o ensino

GDF lança plano estratégico para desenvolver o setor com recursos internacionais, emendas parlamentares, parcerias público-privadas e incrementos financeiros. O EducaDF deve contar com pelo menos R\$ 800 milhões em investimentos
EDUCAÇÃO »

"Estamos caminhando rapidamente tanto em relação a recursos internacionais quanto na direção de PPPs" Rafael Parente, secretário de Educação

Depois de implementar ações emergenciais em setores como saúde, infraestrutura e segurança por meio do SOS DF, o Governo do Distrito Federal (GDF) voltou a atenção à educação. Ontem, o secretário Rafael Parente, responsável pela pasta, anunciou o plano estratégico que norteará os trabalhos do Executivo local até 2022. Entre as medidas há 18 iniciativas em curso e 31 programadas com foco na melhoria do ensino público na capital federal. Cronogramas com datas para o início de cada uma das cinco bandeiras anunciadas e mais detalhes sobre elas serão apresentados ao longo das próximas semanas.

Recursos internacionais, emendas parlamentares, parcerias público-privadas (PPPs) e incrementos do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (Pdaf) e do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) subsidiarão as ações. Entre R\$ 600 milhões e R\$ 800 milhões estão previstos para algumas das intervenções do EducaDF, segundo Rafael Parente. "Estamos caminhando rapidamente tanto em relação a recursos internacionais quanto na direção de PPPs. Provavelmente, teremos três parcerias diferentes", declarou o secretário, durante a cerimônia de lançamento do plano no Palácio do Buriti.

Além do secretário de Educação, deputados federais, distritais e outras autoridades participaram da solenidade. Representando o governador Ibaneis Rocha (MDB), o vice Paco Britto (Avante) discursou em apoio ao EducaDF. "Serão cinco bandeiras que colocarão o Distrito Federal como a melhor educação do país", destacou. Na prática, as macropolíticas são voltadas à valorização dos educadores, segurança, infraestrutura, excelência de ensino e inovação (leia Macropolíticas).

Em uma das medidas prioritárias, intitulada Sempre Aprender, prevê-se a criação de um portal voltado ao programa EducaDF, além de polos do Centro de Aperfeiçoamento dos

Profissionais de Educação (Eape) em todas as regionais de ensino. Nessa etapa, serão tratados incentivos aos professores. O Buriti avalia com a Secretaria de Fazenda reajustar benefícios e vencimentos, além de estimular a realização de cursos. “O governador deve ter boas notícias em breve”, assinalou Rafael Parente.

Na macropolítica da Educação para a Paz, estão as propostas voltadas à segurança, que incluem a instalação de cercas nas escolas, 40 mil câmeras internas e externas e sistemas de reconhecimento facial dos estudantes. De acordo com o secretário, 17 polos da Polícia Militar auxiliarão nesse trabalho. Entre os planos está, ainda, a criação de um botão de emergência, que conectará as instituições de ensino à PM.

As medidas da bandeira Escolas que Queremos serão voltadas a um grupo de 185 colégios, que receberão 15% em recursos do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (Pdaf). As ações envolvem a instalação de equipamentos tecnológicos e investimentos em recursos humanos. Segundo a pasta, a previsão é de que esse grupo de instituições receba um incremento de 15% do Pdaf caso participem do EducaDF e alcancem as metas.

Entregar escolas e creches, criar subsídios para cuidar da educação inclusiva e integral e inaugurar escolas bilíngues em parceria com embaixadas fazem parte da Excelência para Todos. O primeiro colégio a ser contemplado terá apoio da Embaixada da Espanha. A previsão é de que as atividades comecem em três semanas. O projeto se estenderá a estudantes do ensino médio e dos últimos anos do ensino fundamental. Ainda nessa fase, o GDF pretende abrir 40 escolas e 100 creches. No entanto, não há uma lista dos locais dessas 140 unidades.

O quinto plano, intitulado iNov@, é voltado à modernização dos colégios e do sistema educacional, com aprofundamento e melhora das metodologias. De acordo com o EducaDF, cada professor deve receber um laptop para uso pessoal, assim como todos os alunos do ensino médio. Para evitar a evasão escolar, esses estudantes poderão ficar com os computadores caso concluem os estudos.

"Serão cinco bandeiras que colocarão o Distrito Federal como a melhor educação do país" Paco Britto, vice-governador

Competência

O financiamento por meio de investimento empresarial e PPPs, no entanto, preocupa o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro/DF). Para Rosilene Correa, diretora da entidade, essa saída pode colocar em jogo a autonomia do Estado no setor. “Não ficou claro que tipo de interferências podem ocorrer quanto a licitações e como ficam os concursos, por exemplo. Temos vivido, ao longo dos anos, algumas investidas em relação à educação e isso nos preocupa. Quando o governo fala em parcerias público-privadas, temos preocupação com as OSs (Organizações Sociais), que podem estar por trás disso. Isso não nos foi detalhado antecipadamente”, comentou.

Rosilene também sentiu falta de outras propostas atreladas à instalação de câmeras. Ela questiona como será a distribuição delas nos espaços e destaca que são necessárias medidas de prevenção, não apenas de caráter punitivo. “Temos de ter cuidado para não transformar escolas em zonas de perigo. Registrar o ocorrido não significa evitar que ele aconteça”, ressaltou a diretora.

A professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB) Edileuza Fernandes Silva considera animador ver o governo preocupado com a questão da melhora da educação básica pública. Contudo, a especialista lamenta a ausência de destaque para medidas com foco na redução do número de alunos por turma, principalmente nos anos finais do ensino fundamental. No mesmo caminho do Sinpro/DF, Edileuza se preocupa com a perda do caráter público das escolas devido às PPPs. “É preciso cuidar para que a competência de quem fará a gestão pedagógica das instituições não se perca”, destacou.

Além disso, ela pontuou que as políticas de segurança também devem ser enaltecidas. Mas chamou atenção para a necessidade de pensar a cultura de paz nas escolas sem repressão, coação ou padronização de estudantes e garantindo aos professores o lugar deles. “Escola é espaço de educação. Nós, educadores, acreditamos na educação como possibilidade de mudança e defendemos outra perspectiva e da inserção de outros profissionais nas escolas. Ainda é preciso discutir essa questão de gestão compartilhada”, disse a professora.

Escolas militarizadas

Em fevereiro, o GDF deu início ao projeto piloto que levou o sistema de gestão compartilhada a quatro escolas do DF: Centro Educacional (CED) 3, em Sobradinho; CED 1, na Estrutural; CED 7, em Ceilândia; e CED 308, no Recanto das Emas. Os colégios passaram a funcionar sob monitoramento disciplinar e administrativo de policiais militares da reserva ou com restrições médicas. Ontem, o secretário Rafael Parente anunciou que o regimento interno adotado a partir deste ano nas demais escolas terá semelhanças com o das escolas militarizadas.

40

Estimativa de escolas que deverão ser abertas com o EducaDF

100

Total de creches previstas para serem criadas com o programa

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo Bolsonaro suspende avaliação de alfabetização por dois anos

Inep diz que suspendeu prova para adequá-la à nova política de alfabetização e à base curricular

Brasília

O governo Jair Bolsonaro (PSL) suspendeu a avaliação de alfabetização deste ano, que só voltará a ser realizada em 2021. Sem ter sido consultada, a secretária de Educação Básica do MEC, Tania Leme de Almeida, pediu para deixar o cargo.

A saída de Tania, ainda não oficializada pelo ministro até a noite de segunda-feira (25), representa a quarta baixa não planejada no alto escalão da pasta neste mês. O ministério vive uma disputa entre grupos técnicos, militares e ideológico, de pessoas ligadas ao escritor Olavo de Carvalho.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/governo-bolsonaro-suspende-avaliacao-de-alfabetizacao-por-dois-anos.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Edital do Enem é divulgado nesta segunda (25); taxa de inscrição será de R\$ 85
Exame terá novidades neste ano, como novo sistema de inscrição e espaço para rascunho**

São Paulo

O edital do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) foi divulgado nesta segunda (25) no portal do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), órgão vinculado ao Ministério da Educação. A página, contudo, apresentava instabilidade durante a manhã.

O exame será realizado nos dias 3 e 10 de novembro. É composto por quatro provas com 45 questões objetivas cada e uma redação de, no máximo, 30 linhas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/edital-do-enem-e-divulgado-nesta-segunda-25-pelo-inep.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC suspende avaliação de alfabetização e abre nova crise

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, não foi informado da mudança executada pelo Inep; episódio é mais um na guerra entre grupos técnicos e defensores das ideias de Olavo de Carvalho. Área é considerada prioritária pela gestão Bolsonaro

O MEC suspendeu por dois anos prova para avaliar a alfabetização de alunos de 7 anos, prevista para outubro. A decisão, tomada sem o conhecimento do ministro, Ricardo Vélez Rodríguez, provocou nova crise na pasta. A secretária de Educação Básica, Tânia Almeida, se desligou ontem do MEC.

Apesar de resultados de aprendizagem muito ruins, o Ministério da Educação (MEC) decidiu ontem que não avaliará este ano o nível de alfabetização das crianças brasileiras. A prova estava prevista para ocorrer em outubro, com alunos de 7 anos de idade. A divulgação da informação com exclusividade pelo Estado desencadeou mais uma crise na pasta, que entrou em convulsão nas últimas semanas.

Segundo fontes, o próprio ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, não foi informado da mudança executada no Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do ministério responsável pelos exames. Vélez também ficou irritado com a repercussão negativa da decisão.

Especialistas que fazem parte do Conselho Nacional de Educação (CNE) e secretários de Educação também foram surpreendidos e criticaram a medida. Pelo contrário, o MEC vinha garantindo a eles que manteria a avaliação da mesma forma que havia sido proposta no ano anterior. O ministério havia criado um grupo de trabalho para discutir uma política de alfabetização, que se reuniu durante os últimos dois meses.

A secretária de Educação Básica, Tânia Almeida, fazia parte do grupo e também foi

surpreendida com a medida. Por causa disso, ela resolveu se desligar da pasta. “Tais decisões não convergem com o trabalho realizado por mim nesta secretaria, nos últimos meses”, declarou em nota. Ela é a terceira integrante do alto escalão a deixar a pasta nos últimos dias.

Quem se opunha à avaliação era justamente o secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim. Ele é admirador do filósofo Olavo de Carvalho, guru da gestão Jair Bolsonaro. Costumava dizer nas reuniões do grupo que achava a prova “construtivista e fraca”. Por causa dessas opiniões, as reuniões eram marcadas por discussões com o grupo mais técnico do MEC, do qual fazia parte a secretária Tânia.

Nadalim é dono de uma pequena escola em Londrina, a Mundo Balão Mágico, e antes de ir para o MEC divulgava vídeos pela internet de como alfabetizar as crianças. Segundo fontes, o secretário, por meio de outro seguidor de Olavo, teria se articulado com o presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, para fazer a mudança na avaliação. Rodrigues veio do grupo de militares da reserva e tem ganhado força dentro da pasta.

As provas que medem a alfabetização faziam parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que existe desde os anos 1990 no Brasil e aplica testes de Português e Matemática. Estão mantidas as avaliações para os estudantes do 5.º e 9º ano do fundamental e do 3.º ano do médio. A partir dos resultados do Saeb, o MEC calcula o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que se tornou o grande indicador de qualidade do ensino no País.

A mudança na avaliação está ligada à política de alfabetização que deve ser lançada pelo ministério em breve. Minuta do decreto, revelada pelo Estado na semana passada, mostra que a intenção do governo é a de dar ênfase ao método fônico de alfabetização.

O texto foi criticado por educadores por priorizar uma maneira de ensinar a ler e escrever considerada antiquado e tecnicista. Escolas particulares de elite em São Paulo, por exemplo, mesclam os modelos para garantir a aprendizagem.

A política para alfabetização foi pedida pelo presidente Jair Bolsonaro como uma medida para os primeiros cem dias de governo. A leitura e a escrita – além da Matemática – tinham sido medidas em 2014 e 2016 e devem voltar a ser analisadas só em 2021, segundo o Inep. Até então, a prova era feita com crianças de 8 anos, no 3.º ano. Os resultados mostraram que mais da metade dos alunos não consegue localizar informações em textos de literatura infantil ou escrever corretamente palavras como lousa e professor. Por isso, a gestão de Michel Temer anunciou que passaria a checar a alfabetização mais cedo, aos 7 anos de idade.

Sem avaliação neste ano, perde-se a possibilidade de comparação para saber se as crianças estão melhorando ou piorando. Em nota publicada no seu site, o Inep afirmou que a mudança foi solicitada pela Secretaria de Alfabetização, e o exame será feito em 2021, “quando as escolas de todo o País tiverem implementado a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e estiverem ajustadas às políticas de alfabetização propostas pela referida Secretaria”.

Pré-escola. Outra mudança foi na prova para a educação infantil (0 a 5 anos). Pela

primeira vez, havia a previsão de todas as creches e pré-escolas passarem por avaliações. As crianças não fariam testes, mas todos os professores e responsáveis pelas escolas responderiam a questionários sobre estrutura, projeto pedagógico, materiais. Agora, a portaria prevê que apenas uma amostra seja avaliada, “em caráter de estudo-piloto”.

Pela primeira vez também todos os alunos de 9.º ano fariam provas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas. O Inep agora decidiu que só uma amostra, ainda a ser selecionada, passará pelos novos exames. A opção pela amostragem, em vez de avaliar todos os alunos, indica intenção de economizar recursos, mas especialistas questionam se haverá influência nos resultados. As escolas particulares também serão escolhidas por amostragem e não poderão se voluntariar para prova, como ocorreu na edição anterior.

“A interrupção intempestiva de uma série histórica poderia vir a ter consequências indesejáveis sobre a análise de evidências e o balizamento de ações em todo o território nacional.” Tânia Almeida

EX-SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Para secretário, perda de um ano é ‘irreparável’

O secretário municipal de Educação de São Paulo, João Cury, lamentou a decisão do MEC. “A alfabetização na idade certa é uma meta fundamental para o País e as redes municipais e estaduais precisam de bons diagnósticos para poder agir sobre o tema.” O secretário estadual de Educação de Pernambuco, Fred Amâncio, lembrou que países do mundo todo têm ampliado as avaliações como um instrumento importante de política pública. “A perda de um ano é irreparável para avaliação, interrompe uma série histórica.” O aluno progride na série e nunca mais terá testada sua alfabetização, explica. Segundo ele, o conselho de secretários vai pedir que o MEC desista da mudança. “É um retrocesso”, disse a secretária de Educação do Ceará, Eliana Estrela.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

País fica sem termômetro da aprendizagem

É PRESIDENTE EXECUTIVA DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Garantir que as crianças estejam alfabetizadas na idade certa é fundamental para que possam seguir aprendendo ao longo de toda a sua trajetória escolar. Uma conquista recente nesse campo foi a Avaliação Nacional da Alfabetização. A média nacional é indecente: 55% dos alunos não tem nível satisfatório em Leitura. Mas em algumas escolas, municípios e até Estados inteiros esse resultado é muito maior, o que tem motivado estudos e análises em grande quantidade para decifrarmos as razões: as evidências. Por sua vez, essas evidências têm sido valiosas para a modelagem e a melhor implementação de políticas. Afinal, resultados de avaliações não são meros números, sua função é promover melhorias constantes nas políticas públicas.

Pautar a gestão pública em evidências, além de imperativo para melhores resultados, é um dos princípios determinados pela política de governança da administração pública federal (Decreto 9.203/2017). Por tudo isso, é muito preocupante a solicitação da Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação para que o Instituto Nacional de

Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) adie a aplicação da avaliação de alfabetização, que ocorreria neste ano. Esse encaminhamento é inconsistente com a prioridade à alfabetização prometida nos cem primeiros dias da atual gestão federal. Caso a avaliação seja feita em 2021, o resultado só sairá em 2022, já no fim desta gestão. Não teremos os resultados de 2019 como linha de base para avaliarmos os impactos de uma eventual política nacional de alfabetização. Uma avaliação de larga escala necessita de série histórica e periodicidade para promover melhorias.

Ainda mais preocupante são as justificativas para o adiamento: esperar a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ajustar a avaliação às políticas de alfabetização propostas pela atual gestão com ênfase no método fônico. Em primeiro lugar, não se interrompe um processo avaliativo quando há novas políticas. Ao contrário, é sua constância que poderá aferir os impactos de novas estratégias. Em segundo lugar, é um grande equívoco o MEC, um órgão coordenador, impor uma metodologia para a alfabetização e pautar a avaliação em larga escala a partir disso. Os estudos indicam justamente o contrário, que os professores precisam de formação para conduzir em sala de aula várias metodologias, afinal cada estudante responde de maneira diferente ao processo de alfabetização e as salas de aula são muito heterogêneas.

O MEC precisa entender, de uma vez por todas, seu papel nas políticas educacionais, que certamente não passa por impor metodologias de ensino às escolas. Menos Brasília, mais Brasil. A avaliação da alfabetização não pode parar.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Enem terá uma taxa de inscrição de R\$ 85

O edital do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019 foi divulgado ontem, pelo Ministério da Educação. A taxa neste ano será de R\$ 85 e deverá ser paga entre 6 e 23 de maio em agências bancárias, casas lotéricas e agências dos Correios. No dia 3 de novembro, serão aplicados os testes de Linguagens, Ciências Humanas e Redação. No dia 10 de novembro, haverá os exames de Ciências da Natureza e Matemática.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

MEC suspende avaliação de alfabetização

Teste que mede português e matemática de crianças de 7 anos só volta em 2021

BRASÍLIA E RIO

O Ministério da Educação (MEC) decidiu não avaliar, nos próximos dois anos, o nível de alfabetização das crianças brasileiras, contrariando o que havia sido anunciado em 26 de dezembro, no governo anterior.

No ano passado, a gestão Michel Temer afirmou que passaria a verificar a alfabetização mais cedo, aos 7 anos de idade (2º ano do ensino fundamental) — antes, ela era feita ao fim do 3º ano, quando a criança deveria ter 8 anos —, em uma prova que seria feita em outubro de 2019. No entanto, uma portaria publicada ontem no Diário Oficial da União exclui as crianças de 7 anos das provas nacionais. Elas também não farão os exames de matemática. A avaliação só será retomada em 2021.

No mesmo dia da publicação da portaria, a secretária de Educação Básica, Tânia Almeida, pediu para deixar o cargo. Sua exoneração deve ser publicada hoje no Diário Oficial.

Para educadores, o adiamento da avaliação pode ter como pano de fundo uma dificuldade de aliar o decreto de alfabetização que será publicado pelo governo às matrizes previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Há inclusive o receio de que o MEC queira rever a BNCC, aprovada em 2017.

A portaria é assinada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do MEC responsável pelos exames, que fazem parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Em comunicado à imprensa, o instituto afirma que ao adiar a avaliação atendeu a um pedido da Secretaria de Alfabetização do MEC, que quer esperar que todo o país implemente a nova Base e se ajuste às políticas de alfabetização antes de aferir o nível dos estudantes.

SEM COMPARAÇÃO

Mais da metade dos alunos do 3º ano do ensino fundamental tem nível insuficiente em provas de leitura e matemática, o que significa que podem não conseguir, por exemplo, identificar a finalidade de um texto. A mudança na data da avaliação chama a atenção também porque a alfabetização foi anunciada como uma das principais metas do governo na área da Educação nos cem primeiros dias de gestão.

Sem avaliação neste ano, perde-se a possibilidade de comparação para saber se as crianças estão melhorando ou piorando. A alfabetização havia sido medida em 2013, 2014 e 2016. Prevista inicialmente para ser uma análise anual, a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), no entanto, não cristalizou sua periodicidade. Em 2015, a ANA não aconteceu devido à contenção de recursos. Em 2017, também não foi feita, assim como em 2018, quando o então ministro da Educação, Rossieli Soares, anunciou que ela seria adiada para este ano para atender à nova matriz proposta pela BNCC.

Estão mantidas as avaliações para os estudantes do fim dos ciclos do ensino fundamental, isto é, do 5º ano e 9º ano; e do ensino médio, no 3º ano. No entanto, a prova de ciências da natureza e ciências humanas, que seria aplicada de maneira amostral também em escolas privadas, agora avaliará somente as públicas. A avaliação da educação infantil, que havia sido anunciada no ano passado, também será diferente. Antes, profissionais e gestores de todas as escolas públicas responderiam a questionários. Agora, isso será por amostra e como "estudo-piloto".

O Sistema de Avaliação da Educação Básica existe desde os anos 1990 no Brasil e aplica testes de português e matemática. É a partir desses resultados que o MEC calcula o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), hoje considerado o grande indicador de qualidade do ensino no país.

O educador João Batista Oliveira afirma que o adiamento da avaliação só se justifica caso o governo reveja os parâmetros da análise que é feita para medir a alfabetização.

—A questão é se esse adiamento vai proporcionar um teste de alfabetização cientificamente defensável ou não, é a única justificativa plausível para deter o governo de avaliar se uma criança está sabendo ler e escrever — afirma Oliveira, criticando o modelo atual: —O problema do teste atual é que ele parte de uma matriz equivocada. Precisamos de um referencial que considere aspectos como quais as palavras conhecidas

dos alunos em determinado tempo, se eles sabem fazer inversão silábica, entre outros pontos.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Vélez prepara nova rodada de demissões na pasta

Ministro encaminhou ao Planalto lista com ao menos quatro nomes a serem removidos, entre eles o do presidente do Inep

BRASÍLIA

Preparando mais uma rodada de demissões, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, encaminhou ontem ao Palácio do Planalto uma lista com ao menos quatro nomes de servidores a serem exonerados.

A relação incluiria o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, e a secretária de Educação Básica, Tânia Almeida.

Ao longo do dia, ontem, a secretária chegou a escrever uma carta de demissão a Vélez alegando que não havia sido consultada sobre a suspensão de avaliação da alfabetização. A saída dela, no entanto, já estava sendo estudada Iolene Lima, que, anunciada como número dois do MEC, foi demitida, era braço-direito de Almeida. No comunicado ao Planalto, não há informação de que a exoneração foi a pedido.

As mudanças na pasta incluiriam ainda a exoneração de Marcelo Mendonça, assessor parlamentar do MEC, e a saída de Josie Priscila Pereira de Jesus da chefia de gabinete de Vélez. Ela, entretanto, seria remanejada para a TV Escola. Já a permanência do presidente do Inep teria se tornado insustentável após não ter implementado a avaliação nacional de alfabetização. Marcus Vinicius integrou a equipe da Educação graças ao cientista político Antonio Testa, demitido por Vélez pouco antes da posse. Ele, então, teria se mantido no grupo por intermédio do coronel Ricardo Wagner Roquetti, ex-diretor de programa da Secretaria-Executiva do MEC e demitido a pedido de Jair Bolsonaro.

A suspensão do exame de alfabetização teria sido mais um ingrediente na crise no MEC. Além de Tânia Almeida, outros servidores foram pegos de surpresa com a portaria do Inep. No entanto, o secretário de Alfabetização da pasta, Carlos Nadalim, é apontado como o responsável pela decisão. Um fonte confirmou ao GLOBO que os nomes foram submetidos ao Planalto e as demissões "provavelmente" serão acatadas, uma vez que há determinação de tirar do ministério todos os que forem ligados a Roquetti. Na avaliação do governo, as novas exonerações seriam mais uma tentativa de Vélez se manter no cargo, cuja situação segue sendo considerada "delicada".

A disputa interna no MEC, que paralisa as atividades da pasta, já levou à demissão do secretário-executivo Luiz Tozi e resultou na não nomeação dos dois anunciados por Vélez para substituí-lo: Rubens Barreto e Iolene Lima. A secretária de Educação Básica é ligada a Tozi. Os dois foram do Centro Paula Souza, que gerencia escolas técnicas e a Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo.

O grupo de Tozi, a ala técnica do MEC, e os militares viraram alvo de aliados de Olavo de Carvalho na pasta. Um dos atacados foi o coronel Roquetti, assessor de Vélez que se

uniu ao ministro para tentar afastar o grupo de "olavetes". Vélez o demitiu a mando de Bolsonaro, após críticas de Olavo.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

Servidores na universidade

A Prefeitura do Rio e a Universidade Estácio de Sá fecharam acordo que vai beneficiar cerca de 350 mil servidores e seus dependentes, inativos e pensionistas. O termo de cooperação permitirá a eles obterem descontos que vão variar de 40% a 70% em cursos da Estácio.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Nova demissão no MEC

A secretária de Educação Básica, Tania Leme de Almeida, pediu demissão do Ministério da Educação após não ter sido consultada sobre a decisão de suspender a avaliação de alfabetização. Esta é a terceira baixa no alto escalão da pasta. A publicação da portaria com mudanças no sistema de avaliação, no "Diário Oficial da União" de ontem, motivou o desligamento. Tania já havia pedido desligamento da pasta na semana passada, mas foi convencida pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez a ficar.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6181185/curtas>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Pesquisa mostra que ajustes nos balanços melhoram resultados

As medidas ajustadas que as empresas usam para apresentar seus números, numa versão alternativa às regras contábeis, podem estar carregadas de uma dose de otimismo.

Pesquisa da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) mostra que 85% das empresas usaram em seus informes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) e 74%, o Ebitda ajustado. A comparação das medidas não contábeis mostra que os valores do Ebitda ajustado foram superiores em 72% dos períodos em que as duas métricas foram divulgadas concomitantemente.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6181167/pesquisa-mostra-que-ajustes-nos-balancos-melhoram-resultados>

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - 2º CADERNO

O governo tem ideias muito arcaicas com relação à educação

Para Madureira, decreto que corta cargos será questionado na Justiça

O Decreto 9.725/19, publicado no Diário Oficial da União, retira 21 mil funções comissionadas e gratificadas no âmbito do Poder executivo. Para especialistas, o decreto atinge principalmente as universidades federais - que teve 119 cargos de direção foram extintos. Além disso, foram eliminadas 460 funções gratificadas de cinco universidades e mais de 1.870 vagas de coordenação de curso. Ao Jornal da Lei, o advogado Leandro Madureira, sócio do escritório Mauro Menezes & Advogados, fala sobre os impactos do decreto e explica o porquê compreende as exonerações de servidores como inconstitucionais.

Jornal da Lei - Qual se acredita ser o objetivo do decreto e de que maneira ele se volta para o sucateamento das universidades federais?

Leandro Madureira - O decreto promove a extinção de milhares de cargos e funções comissionadas do Poder Executivo Federal. Dentre esses cargos, boa parte afeta as universidades federais e os Institutos Federais, na medida em que se extinguiu Funções Gratificadas e Funções Comissionadas de Coordenação de Curso desses órgãos. As demais extinções (mais 2.730 cargos e funções) ainda não possuem uma destinação específica, mas também poderão ser destinadas às universidades. Está prevista a extinção de mais 11.261 cargos técnico administrativos em educação a partir de julho de 2019. Contudo, essas funções e cargos são ocupados, majoritariamente, por professores de carreira, que tem como atribuição do cargo público promover atividades de ensino, pesquisa e extensão. Não está como atribuição do cargo de professor realizar a coordenação administrativa de um curso ou a direção do campus, por exemplo. Por isso, as funções comissionadas existem, para que esses docentes pudessem exercer a atividade de coordenador ou diretor, inclusive com a diminuição da carga horária em sala de aula. Porém, a extinção desses cargos e funções não elimina a necessidade de que haja um coordenador de curso ou o diretor de um departamento. O que ocorrerá é que o governo pretenderá a prestação do serviço, mas sem o respectivo pagamento por essa atividade. O sucateamento é decorrente dessa forma de se pretender a gestão e administração das Universidades, já que as condições de trabalho vão se precarizando com políticas de desvalorização do professor. Imagine um professor com dedicação exclusiva, que já trabalhe 40 horas por semana, em sala de aula e no desenvolvimento da pesquisa científica brasileira, precisar desempenhar uma atividade de coordenar uma equipe de outros 35 professores, promovendo reuniões de colegiado, reuniões de departamento, atividades de pesquisa do departamento, publicações, prestando contas para os órgãos de controle, atas e diversas outras tarefas? Sem receber um único real a mais por isso? Não é correto, já que a legislação prevê a retribuição pecuniária pelo exercício da atividade que não seja típica do seu cargo. Qualquer assessor parlamentar ganha muito mais do que um professor universitário no país e o retorno que o professor traz a nossa sociedade é infinitamente maior.

JL - Sem coordenadores de curso de graduações e pós-graduações em gratificação, é possível manter o desenvolvimento dos cursos? De que maneira é possível fugir do problema?

Madureira - O desenvolvimento dos cursos é frontalmente afetado. Aqueles que continuarem a exercer as atividades, sem modificação das demais tarefas que são obrigados a desempenhar, poderão comprometer a sua saúde. Aqueles que tentarem diminuir as demais atribuições, sem a justificativa da ocupação de um cargo, poderão ser submetidos a processos disciplinares e sindicâncias. Para driblar o problema, não há saída: será preciso judicializar a questão.

JL - O que o decreto aponta para o futuro da educação no País?

Madureira - Espero que o decreto seja uma medida isolada, que será duramente combatida nas esferas do Judiciário. Os professores ocupantes dos cargos que tenham sido exonerados automaticamente poderão buscar o Judiciário para reverter a decisão. Mas desde antes das eleições presidenciais, o que se tem percebido é que o governo tem ideias muito arcaicas com relação à educação do país. Propostas como a educação à distância, as tentativas de censura aos docentes, invasão das universidades, além da proposta de extinção da previdência pública, mostram que a educação pública corre perigo. A educação de qualidade é o futuro da nação. Somos pioneiros em pesquisas de

uso de células-tronco, medicamentos que combatam o avanço da AIDS, utilização de impressoras 3D, técnicas de cirurgia avançada, robótica e em várias outras áreas do conhecimento científico. Tudo isso se constrói nas universidades públicas.

JL - Quais são os pontos que mostram a potencial inconstitucionalidade do decreto? Madureira - A extinção de cargos públicos somente é permitida se esses cargos não estiverem sob ocupação. Ao determinar a exoneração automática desses servidores, o decreto subverte a previsão constitucional. Ademais, não é razoável que se promova a extinção de tantos cargos sem uma análise prévia do impacto que isso gerará na prestação do serviço público. É possível que a criação de novas universidades e a manutenção de outras fique prejudicada em decorrência do decreto.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - GERAL

Curso da Ufpi obtém nota máxima do MEC

O curso é um dos 23 cursos, de todas as áreas de Licenciatura a Distância com Conceito 5

A Universidade Federal do Piauí (Ufpi), seu Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) têm muito o que comemorar. No final de 2018, quatro cursos do CEAD: Letras Português, Letras Inglês, História e Geografia receberam a visita de avaliadores do MEC e foram todos classificados como bons (Conceito dos Cursos 4), qualidade que poucos cursos de graduação do país apresentam. E, no período de 10 a 13 de março de 2019, foi a vez do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, que obteve Conceito do Curso (CC) 5, (nota máxima, considerado assim como “muito bom”). Em um país onde as graduações EaD completam treze anos de muita luta e a resistência para mostrar sua qualidade, os índices de avaliação, principalmente os do INEP/MEC, têm mostrado cada vez mais que as modalidades de ensino presencial e a distância são qualitativamente equivalentes. Na Universidade Federal do Piauí, passa a ser um dos dois cursos de graduação com esse conceito (considerando bacharelados e licenciaturas, presenciais e a distância). Conforme informações disponíveis no portal do e-MEC, considerando as Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil, o curso passa a ser um dos 23 cursos, de todas as áreas de Licenciatura a Distância com Conceito 5. A equipe de avaliadores do MEC encontrou no Curso de Ciências da Natureza (CEAD/UFPI) uma equipe unida e preocupada com a sua qualidade, bem como alguns diferenciais em relação à EaD promovida pela UFPI, dentre eles: Aulas ministradas pelos professores coordenadores de disciplina (doutores ou mestres), pelo menos, um dia inteiro de encontro por disciplina; os tutores se encarregam do apoio logístico da turma no polo, do desenvolvimento de práticas extras e do acompanhamento do professor durante o encontro presencial). Previamente, o professor recebe um vasto número de informações iniciais, incluindo a logística até o polo de apoio presencial (horários de ônibus, hotéis, pontos de alimentação), lista de livros da biblioteca setorial do polo, lista de equipamentos de laboratório do polo etc.

topo ↕

O POPULAR - GO - BRASIL

Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais excluiu alunos de 7 anos das provas nacionais e do exame de Matemática

O Ministério da Educação (MEC) decidiu não avaliar este ano o nível de alfabetização das crianças brasileiras. Resultados anteriores têm mostrado que mais da metade dos alunos de 8 anos não consegue localizar informações em textos de literatura infantil ou escrever corretamente palavras como lousa e professor. Por causa do desempenho

preocupante das crianças, a gestão de Michel Temer anunciou em 2018 que passaria a checar a alfabetização mais cedo, aos 7 anos de idade (2º ano do ensino fundamental). A prova deveria ser feita no mês de outubro deste ano.

No entanto, portaria publicada nesta segunda-feira pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do MEC responsável pelos exames, exclui as crianças de 7 anos das provas nacionais. Elas também não farão os exames de Matemática. Estão mantidas as avaliações para os estudantes do fim dos ciclos do ensino fundamental, ou seja, 5º ano e 9º ano, e do ensino médio, no 3º ano. As provas fazem parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que existe desde os anos 90 no Brasil e aplica testes de Português e Matemática. São a partir dos resultados do Saeb que o MEC calcula o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que se tornou o grande indicador de qualidade do ensino no País. Em nota publicada no seu site, o Inep afirmou que “avaliação da alfabetização foi adiada para o Saeb 2021, quando as escolas de todo país tiverem implantado a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e estiverem ajustadas às políticas de alfabetização propostas pela referida Secretaria”. Uma política nacional de alfabetização para melhorar os resultados no País foi colocada entre as prioridades para os 100 dias do governo de Jair Bolsonaro.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Desvincular ou vincular melhor?

Qualidade dos serviços de saúde e educação no setor público não é compatível com o volume de recursos alocados

A Constituição Federal de 1988 buscou garantir um volume mínimo de recursos públicos para o combate à pobreza no Brasil. Identificou, corretamente, a educação e a saúde como áreas críticas para romper o círculo vicioso da pobreza que assolava grande parte da população brasileira. Visando a garantir um montante mínimo de recursos para essas áreas –em um país com longo histórico de captura de privilégios para as elites políticas– a Constituição vinculou 25% e 15% das receitas estaduais e municipais à educação e saúde, respectivamente (18% e 15% no caso do Governo Federal).

Desde então, alguns estados foram além e aumentaram a receita vinculada à educação e saúde em suas constituições estaduais. O Brasil se sobressai nessa abordagem, já que poucos países têm casos tão extremos de vinculação de receitas a gastos específicos em suas constituições –certamente não em níveis tão elevados quanto no Brasil.

A Constituição canalizou um grande fluxo de recursos para a educação e a saúde. Na educação, os gastos aumentaram de cerca de 4% do PIB em 2000 para 6,2% do PIB em 2015, triplicando os gastos por aluno. De fato, a parcela do PIB destinada à educação no Brasil é maior que nos países da OCDE. Esses recursos trouxeram melhorias importantes –por exemplo, uma cobertura do Ensino Fundamental de quase 100% e a criação do SUS (Sistema Único de Saúde).

A qualidade dos serviços de saúde e educação no setor público, no entanto, não é compatível com o volume de recursos alocados. De acordo com o relatório Ajuste Justo do Banco Mundial, o custo da ineficiência na educação equivale a 1% do PIB no Brasil; se fossem usados com eficiência, esses recursos poderiam melhorar os resultados do Ensino Fundamental em 40%, e do Ensino Médio em 18%. Embora essa relativa ineficiência tenha diversos motivos, alguns podem estar ligados às vinculações.

Em primeiro lugar, as vinculações têm um impacto negativo na gestão orçamentária de modo geral, pois engessam o orçamento. De fato, mais de 90% das despesas públicas federais no Brasil já estão comprometidas, deixando pouco espaço para novas prioridades. É um patamar muito acima de outros países da América Latina e da OCDE.

Em segundo lugar, os gastos públicos tornam-se muito pró-cíclicos. Quando a arrecadação é maior do que o esperado, o dispêndio com educação e saúde aumenta, gerando gastos recorrentes que serão difíceis de suportar se houver uma queda na receita arrecadada em anos subsequentes, dado o grande componente salarial nos dois setores e a forte proteção dos servidores públicos. Nessa situação, os políticos são obrigados a cortar bens essenciais ou investimentos com retornos possivelmente mais elevados.

Em terceiro lugar, distorce o processo de alocação nos dois setores. O planejamento é difícil, pois os recursos dependem de receitas e não de necessidades. Além disso, os recursos destinados à educação e à saúde não concorrem com outros setores, podendo tornar a avaliação das políticas menos rigorosa. As vinculações não estão ligadas a uma abordagem "de baixo para cima" baseada nas necessidades dos setores e, portanto, não correspondem necessariamente às tendências demográficas estruturais, que demandam gastos crescentes com saúde à medida que a população envelhece e menos gastos com educação à medida que o número de crianças diminui.

Além disso, as mudanças demográficas são altamente heterogêneas e variam de um local para o outro no país; aplicar a mesma regra de 25% em todo o território nacional prejudica tanto a eficiência quanto a equidade. As vinculações estão fazendo com que alguns estados e municípios gastem um valor muito mais alto por aluno, que não necessariamente se traduz em melhores resultados. Na realidade, os municípios mais ricos são os menos eficientes em seus gastos com a educação, ou seja, são forçados a dedicar mais recursos para a educação do que gostariam (ou necessitariam).

A eliminação das vinculações (e da indexação de diversos gastos sociais) facilitaria a alocação orçamentária com base em planejamento e evidências –com foco em resultados, não em verba. No entanto, tal reforma também aumentaria o risco de uso dos recursos em benefício das elites políticas, pondo em risco os gastos com educação e saúde. A abolição das vinculações, portanto, exigirá algum sistema alternativo para garantir que o preceito constitucional de acesso à saúde pública e educação de qualidade seja cumprido, mas com menos distorções e de forma que aumente a eficiência dos gastos públicos, ao invés de prejudicá-la.

Diversas alternativas foram propostas para alterar esse sistema ao longo dos anos. As discussões sobre o novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) podem ser uma ótima oportunidade de repensar as vinculações na educação, garantindo a alocação equitativa de recursos para todos os alunos (definindo, por exemplo, um gasto mínimo por aluno). Isso garantiria um valor mínimo para a educação e refletiria as tendências demográficas, facilitando as ações de planejamento. Além disso, o valor pode ser expresso como percentual da renda per capita ou os valores mínimos podem ser ajustados regularmente para garantir que os recursos destinados ao setor aumentem à medida que o país cresce. Na realidade, associar a vinculação aos gastos por aluno (e não à receita) pode acabar aumentando os gastos em muitos municípios, promovendo a equidade regional.

O ponto central do debate sobre a desvinculação, portanto, não deve ser quanto o Brasil deve gastar com saúde e educação, mas sim como criar sistemas que garantam a alocação de recursos suficientes e com eficiência para oferecer aos cidadãos os serviços de qualidade que esperam e merecem.

Rafael Muñoz

Coordenador da área econômica do Banco Mundial para o Brasil, já trabalhou para a instituição na Ásia e na África.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Secretária de Educação Básica pede demissão do MEC

Tania Leme de Almeida não foi consultada sobre suspensão de avaliação da alfabetização

Brasília

A secretária de Educação Básica, Tania Leme de Almeida, pediu demissão do MEC (Ministério da Educação) após não ter sido consultada sobre a decisão de suspender a avaliação de alfabetização. A saída de Tania, porém, ainda não foi oficializada pelo ministro.

Esta é a quarta baixa no alto escalão da pasta. A publicação da portaria com mudanças no sistema de avaliação, no Diário Oficial da União nesta segunda-feira (25), foi a gota d'água para o desligamento.

Tania já havia pedido desligamento da pasta na semana passada mas foi convencida pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez a ficar mais tempo.

A repercussão negativa da medida também atingiu Marcus Vinicius Rodrigues, presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão responsável pelas avaliações. A permanência de Rodrigues só depende agora da Casa Civil, para onde o pedido de desligamento por parte do ministro Ricardo Vélez Rodríguez deve ser encaminhado.

A Folha apurou que a relação entre Rodrigues e ministro degingolou. Rodrigues está nas discussões sobre a área da educação do governo desde antes da transição, por indicação dos militares, mas nunca havia sido recebido por Vélez para discutir as ações do órgão. O MEC confirmou na noite de segunda-feira o pedido de demissão da secretária de Educação Básica. Mas, também questionado sobre o presidente do Inep, não respondeu.

A secretária também vinha sendo atacada, dentro e fora do MEC, pela ala ligada ao escritor Olavo de Carvalho. Ela chegou ao MEC por indicação do ex-secretário executivo da pasta, Luiz Antonio Tozi. Tozi acabou demitido por Vélez após pressão de olavistas chegar ao presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Alunos do escritor foram atingidos por um processo de mudanças de cargos na pasta e passaram a atacar o ministro e exigir demissões.

A suspensão da prova de alfabetização não havia sido discutida internamente no MEC. Além disso, Tozi e Tania eram quem mantinham conversas com representantes das

secretarias de Educação dos estados e municípios.

Foi o próprio secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, quem pediu ao Inep (Instituto Nacional de Estudos Educacionais) a suspensão da avaliação. Ele próprio é ex-aluno de Olavo de Carvalho e indicado ao cargo por ele. Nadalim também é o autor da minuta de alfabetização.

Além de Tania e Tozi, o ministro também demitiu um de seus assessores mais próximos, Ricardo Roquetti, também por pressão dos olavistas. A própria permanência de Vélez está ameaçada.

Em texto publicado nas redes sociais, Tania confirmou que não teve conhecimento das mudanças no Saeb e que deixa a pasta. "Não deveria haver política pública sem métrica e sem avaliação. A interrupção intempestiva de uma série histórica poderia vir a ter consequências indesejáveis sobre a análise de evidências e o balizamento de ações em todo território nacional", escreveu.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

CNE planeja rever parecer sobre financiamento na educação e MPF cobra explicações

Educadores temem que governo federal tente esvaziar meta do Plano Nacional de Educação que estabelece padrões mínimos de investimento

RIO — O Ministério Público Federal pediu esclarecimentos ao Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre uma reunião extraordinária convocada para esta terça-feira (26) para discutir um parecer aprovado pelo conselho em 2010, que trata de mecanismos de financiamento à educação.

O temor de educadores é que o Ministério da Educação (MEC) tenha pedido a reunião do colegiado para evitar a regulamentação de aspectos da meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e o Custo Aluno Qualidade (CAQ), parâmetros para indicar qual investimento deve ser feito para promoção de uma educação de qualidade.

Embora o parecer nunca tenha sido homologado desde sua aprovação, sua existência tem sido uma pedra no sapato do ministério. Isso porque, ao acionar a Justiça pedindo aumento da verba repassada pelo MEC, levando em consideração o CAQ e o CAQi, estados têm conseguido ganhar a causa.

No início do mês, um juiz do Mato Grosso determinou que a União defina o valor do CAQi para embasar o repasse de verbas do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) aos municípios.

De acordo com a lei do PNE, o CAQi deveria ter sido implementado até 2016 e o CAQ definido até 2017 e implementado até 2024.

Em nota oficial, o CNE confirmou que a convocação da reunião foi motivada "por uma decisão judicial que pede a homologação e o cumprimento imediato do parecer".

"Os membros da CEB (Câmara de Educação Básica, parte do CNE) irão se reunir

amanhã para decidir se reencaminham o parecer ao MEC, da forma como estava ou com alterações, ou pela revogação para ser feito um novo parecer", afirmou a nota do CNE.

Além do anúncio da reunião do Conselho para apreciar o parecer, nesta segunda-feira o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, assinou uma portaria que altera a composição do Comitê Permanente de Avaliação de Custos na Educação Básica do MEC.

Com a medida, Vélez retirou um assento do coordenador do Fórum Nacional da Educação, organização que tem representantes da sociedade civil e do Estado, e colocou em seu lugar o Subsecretário de Planejamento e Orçamento do MEC.

O comitê é responsável por assessorar o ministério na definição da viabilidade de investimento dos valores por aluno. Ou seja, analisa se é possível implementar ou não a verba exigida.

— É uma tentativa deliberada do governo de esvaziar o PNE. A maneira mais eficaz de esvaziamento é coibir o debate e a implementação dos únicos mecanismos que podem garantir qualidade para a educação básica pública — critica o educador Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Vélez prepara mais uma rodada de demissões no MEC

Ministro encaminhou ao Planalto uma lista com pelo menos quatro nomes a serem removidos da pasta, entre eles, o presidente do Inep

BRÁSÍLIA - O ministro Ricardo Vélez prepara mais uma rodada de demissões no Ministério da Educação (MEC). O chefe da pasta encaminhou ao Palácio do Planalto, nesta segunda-feira, uma lista com pelo menos quatro nomes a serem rifados da área, o que incluiria o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, e da secretária de Educação Básica, Tânia Almeida.

Mais cedo, a secretária chegou a escrever uma carta de demissão a Vélez alegando que não havia sido consultada sobre a suspensão de avaliação da alfabetização, publicada em portaria do Inep nesta segunda-feira. A saída dela, no entanto, já estava sendo avaliada. Iolene Lima, que, após ser anunciada como número 2 do MEC, foi demitida, era braço-direito de Tânia na Secretaria de Educação Básica. No comunicado que chegou ao Planalto, não há informação de que a exoneração de Tânia foi a pedido.

Já a permanência do presidente do INEP teria se tornado insustentável principalmente após não ter implementado a avaliação nacional de alfabetização. Marcus Vinicius foi integrado à equipe da Educação graças ao cientista político Antonio Testa, demitido por Vélez pouco antes da posse. Ele, então, teria se mantido no grupo por intermédio do coronel Ricardo Wagner Roquetti, ex-diretor de programa da Secretaria Executiva do MEC e demitido a pedido do Bolsonaro.

A suspensão do exame teria sido mais um ingrediente da crise no MEC. Além de Tânia, outros servidores foram pegos de surpresa com a portaria do Inep. No entanto, o secretário de Alfabetização da pasta, Carlos Nadalim, é apontado como o responsável por conduzir a decisão de suspender a avaliação de alfabetização, junto ao Inep.

As mudanças na pasta incluiriam ainda a exoneração de Marcelo Mendonça, assessor parlamentar do MEC, e a saída de Josie Priscila Pereira de Jesus da chefia de gabinete de Vélez. Ela, entretanto, seria remanejada para a TV Escola.

Um fonte do Planalto confirmou ao GLOBO que os nomes foram submetidos ao Planalto e as demissões "provavelmente" serão acatadas, uma vez que a determinação é tirar do ministério todos os que forem ligados a Roquetti. Na avaliação do governo, as novas exonerações seriam mais uma tentativa de Vélez se manter no cargo, cuja situação segue considerada "delicada".

A disputa interna no MEC, que paralisa as atividades da pasta, já levou à demissão do secretário-executivo Luiz Tozi e a não nomeação dos dois anunciados por Vélez para substituí-lo: Rubens Barreto e Iolene Lima. A secretária de Educação Básica, Tânia Leme, é ligada a Tozi. Os dois foram do Centro Paula Souza, que gerencia escolas técnicas e a Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo.

Falta de comando de Vélez

O grupo de Tozi, apontado como ala técnica dentro do MEC, e os militares entraram no alvo dos seguidores do ideólogo de direita Olavo de Carvalho que atuam ou atuaram na pasta. Os "olavetes", como eles se autodenominam, ficaram sabendo que seriam remanejados de cargos-estratégicos ligados ao gabinete de Vélez, durante o carnaval. Avisado da movimentação, Olavo foi para as redes sociais sugerir que todos os seus ex-alunos no governo deixassem os postos.

Seus seguidores engrossaram os ataques, especialmente Silvio Grimaldo, que estava no MEC e acabou demitido. Um dos alvos foi o coronel Ricardo Roquetti, assessor de Vélez que se uniu ao ministro para tentar afastar o grupo de "olavetes". Vélez o demitiu a mando de Bolsonaro, após críticas de Olavo de Carvalho.

Em seguida, o ideólogo de direita pediu a cabeça de Tozi, demitido menos de 24h depois. O ministro não conseguiu nomear Rubens nem Iolene, embora tenha anunciado os dois oficialmente para a Secretaria Executiva da pasta. Também houve demissões de seguidores de Olavo, como do próprio Grimaldo, que era assessor do gabinete, e de Tiago Tondinelli, que deixou a chefia de gabinete do ministro.

Outras demissões ou remanejamentos ocorreram ao longo do mês, escancarando a falta de comando de Vélez, que não consegue nem nomear seus secretários-executivos, ou seja, o cargo "número dois" da pasta.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Governo revoga portaria que previa avaliar alfabetização de crianças só em 2021. Ainda não há informação de quando serão divulgadas as novas regras; decisão assinada pelo ministro da Educação foi publicada no Diário Oficial desta terça-feira, dia 26

RIO - O Ministério de Educação (MEC) revogou a portaria que estabelecia novas regras para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) — incluindo a previsão de que a alfabetização das crianças brasileiras só seria avaliada em 2021. A anulação da portaria, que consta no Diário Oficial da União desta terça-feira, dia 26, vem apenas um dia depois de ela ter sido publicada, na segunda-feira. A decisão foi assinada pelo

ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Ainda não há informação sobre quando as novas diretrizes do Saeb serão divulgadas.

No ano passado, o governo de Michel Temer havia anunciado que os alunos do 2º ano do ensino fundamental — em geral com 7 anos de idade — passariam a ser avaliados pelo Saeb em 2019. A prova de português e matemática seria realizada em outubro deste ano.

Tradicionalmente, nos anos anteriores, a prova só era aplicada para o 5º e 9º ano do fundamental e para o 3º ano do ensino médio.

Ao incluir estudantes de 7 anos de idade na prova, a intenção alegada era a de diagnosticar ainda cedo possíveis problemas na aprendizagem da leitura e da escrita.

Até 2018, a alfabetização era mensurada por outro teste, chamado de Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). Em junho do ano passado, o então ministro da Educação, Rossieli Soares, anunciou que a ANA seria extinta e incorporada ao Saeb.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Secretária de Educação Básica pede demissão do MEC

O MEC decidiu que não fará avaliação de alfabetização por dois anos. Mesmo sendo responsável pela área, a secretária Tânia Almeida não foi informada da medida

A secretária de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida, pediu demissão do Ministério da Educação (MEC) após não ter sido informada sobre a medida de suspender a avaliação de alfabetização para crianças de 7 anos, mesmo sendo a responsável pela área. Outros especialistas da área da educação básica também criticaram a medida da desistência de aplicação da prova, que deixa um vácuo na análise da alfabetização.

Esta é a terceira baixa da pasta. O MEC se vê envolto em uma briga ideológica e disputa entre militares e técnicos. Em meio a frequentes reuniões com o presidente Bolsonaro, Vélez foi obrigado a demitir vários de seus auxiliares, após um embate inflamado com o filósofo Olavo de Carvalho, considerado o guru de Bolsonaro e responsável pela indicação do próprio ministro.

No último dia 12, o “número dois” da pasta, o secretário-executivo Luiz Antonio Tozi foi exonerado. Inicialmente, estava prevista a transferência do cargo para Rubens Barreto da Silva, também nomeado recentemente para o cargo de Secretário Executivo Adjunto. No entanto, pressões internas não o deixaram sequer assumir o cargo, que nem chegou a ser publicado no Diário Oficial da União (DOU). No dia 14, após voltar de uma viagem, o ministro confirmou por meio das redes sociais que o cargo ficaria com a pastora Iolene Lima. A nomeação dela também não foi chancelada pela Casa Civil. Outros seis funcionários do alto escalão do Ministério da Educação, foram exonerados.

A decisão da suspensão da prova da alfabetização veio de secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim. Ele próprio é ex-aluno de Olavo de Carvalho e indicado ao cargo por ele. O secretário também é defensor do método fônico de alfabetização, que rompe com o histórico das políticas de alfabetização do País que a consideram no contexto do letramento.

Apesar do presidente Bolsonaro afirmar que Vélez Rodríguez continua à frente da pasta, fontes internas dizem que há uma pressão pela troca do ministro, que estaria atuando em prorrogação.

Sobre os desencontros na pasta, ainda na última sexta-feira (22/3), o vice-presidente Hamilton Mourão, em entrevista à Rádio Gaúcha, afirmou que o MEC precisa de um “freio de arrumação”. “O Ministério da Educação tem que tomar um freio de arrumação, como a gente diz. Eu julgo que o presidente [Jair Bolsonaro] já conversou com o ministro Vélez [Rodríguez] e vai ser organizado isso nos próximos dias”.

Para o vice-presidente da Regional Norte II do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e docente da área de Educação na Universidade Estadual do Pará, Emerson Duarte Monte, o governo demonstra ausência de políticas educacionais e a equipe costurada aparentemente às pressas, não apresenta união ou coerência. “Não há unidade para desenvolver políticas educacionais para o país. A queda de ministros e esse troca-troca em curto espaço de tempo gera paralisia dos ministérios. Apesar da quase universalização da educação básica, do ponto de vista de qualidade, são índices baixos”, defende.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

EducaDF prevê até R\$ 800 milhões para investimentos em educação

Na segunda-feira (25/3), o secretário Rafael Parente, responsável pela pasta, anunciou o plano estratégico que norteará os trabalhos do Executivo local até 2022

Depois de implementar ações emergenciais em setores como saúde, infraestrutura e segurança por meio do SOS DF, o Governo do Distrito Federal (GDF) voltou a atenção à educação. Na segunda-feira (25/3), o secretário Rafael Parente, responsável pela pasta, anunciou o plano estratégico que norteará os trabalhos do Executivo local até 2022.

Entre as medidas há 18 iniciativas em curso e 31 programadas com foco na melhoria do ensino público na capital federal. Cronogramas com datas para o início de cada uma das cinco bandeiras anunciadas e mais detalhes sobre elas serão apresentados ao longo das próximas semanas.

Recursos internacionais, emendas parlamentares, parcerias público-privadas (PPPs) e incrementos do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (Pdaf) e do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) subsidiarão as ações. Entre R\$ 600 milhões e R\$ 800 milhões estão previstos para algumas das intervenções do EducaDF, segundo Rafael Parente. “Estamos caminhando rapidamente tanto em relação a recursos internacionais quanto na direção de PPPs. Provavelmente, teremos três parcerias diferentes”, declarou o secretário, durante a cerimônia de lançamento do plano no Palácio do Buriti.

Continua depois da publicidade

Além do secretário de Educação, deputados federais, distritais e outras autoridades participaram da solenidade. Representando o governador Ibaneis Rocha (MDB), o vice Paco Britto (Avante) discursou em apoio ao EducaDF. “Serão cinco bandeiras que colocarão o Distrito Federal como a melhor educação do país”, destacou. Na prática, as macropolíticas são voltadas à valorização dos educadores, segurança, infraestrutura, excelência de ensino e inovação (leia Macropolíticas).

Em uma das medidas prioritárias, intitulada *Sempre Aprender*, prevê-se a criação de um portal voltado ao programa EducaDF, além de polos do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (Eape) em todas as regionais de ensino. Nessa etapa, serão tratados incentivos aos professores. O Buriti avalia com a Secretaria de Fazenda reajustar benefícios e vencimentos, além de estimular a realização de cursos. “O governador deve ter boas notícias em breve”, assinalou Rafael Parente.

Na macropolítica da Educação para a Paz, estão as propostas voltadas à segurança, que incluem a instalação de cercas nas escolas, 40 mil câmeras internas e externas e sistemas de reconhecimento facial dos estudantes. De acordo com o secretário, 17 polos da Polícia Militar auxiliarão nesse trabalho. Entre os planos está, ainda, a criação de um botão de emergência, que conectará as instituições de ensino à PM.

As medidas da bandeira *Escolas que Queremos* serão voltadas a um grupo de 185 colégios, que receberão 15% em recursos do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (Pdaf). As ações envolvem a instalação de equipamentos tecnológicos e investimentos em recursos humanos. Segundo a pasta, a previsão é de que esse grupo de instituições receba um incremento de 15% do Pdaf caso participem do EducaDF e alcancem as metas.

Entregar escolas e creches, criar subsídios para cuidar da educação inclusiva e integral e inaugurar escolas bilíngues em parceria com embaixadas fazem parte da *Excelência para Todos*. O primeiro colégio a ser contemplado terá apoio da Embaixada da Espanha. A previsão é de que as atividades comecem em três semanas. O projeto se estenderá a estudantes do ensino médio e dos últimos anos do ensino fundamental. Ainda nessa fase, o GDF pretende abrir 40 escolas e 100 creches. No entanto, não há uma lista dos locais dessas 140 unidades.

O quinto plano, intitulado *iNov@*, é voltado à modernização dos colégios e do sistema educacional, com aprofundamento e melhora das metodologias. De acordo com o EducaDF, cada professor deve receber um laptop para uso pessoal, assim como todos os alunos do ensino médio. Para evitar a evasão escolar, esses estudantes poderão ficar com os computadores caso concluíam os estudos.

Competência

O financiamento por meio de investimento empresarial e PPPs, no entanto, preocupa o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro/DF). Para Rosilene Correa, diretora da entidade, essa saída pode colocar em jogo a autonomia do Estado no setor. “Não ficou claro que tipo de interferências podem ocorrer quanto a licitações e como ficam os concursos, por exemplo. Temos vivido, ao longo dos anos, algumas investidas em relação à educação e isso nos preocupa. Quando o governo fala em parcerias público-privadas, temos preocupação com as OSs (Organizações Sociais), que podem estar por trás disso. Isso não nos foi detalhado antecipadamente”, comentou.

Rosilene também sentiu falta de outras propostas atreladas à instalação de câmeras. Ela questiona como será a distribuição delas nos espaços e destaca que são necessárias medidas de prevenção, não apenas de caráter punitivo. “Temos de ter cuidado para não transformar escolas em zonas de perigo. Registrar o ocorrido não significa evitar que ele aconteça”, ressaltou a diretora.

Continua depois da publicidade

A professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB) Edileuza Fernandes Silva considera animador ver o governo preocupado com a questão da melhora da educação básica pública. Contudo, a especialista lamenta a ausência de destaque para medidas com foco na redução do número de alunos por turma, principalmente nos anos finais do ensino fundamental. No mesmo caminho do Sinpro/DF, Edileuza se preocupa com a perda do caráter público das escolas devido às PPPs. “É preciso cuidar para que a competência de quem fará a gestão pedagógica das instituições não se perca”, destacou.

Além disso, ela pontuou que as políticas de segurança também devem ser enaltecidas. Mas chamou atenção para a necessidade de pensar a cultura de paz nas escolas sem repressão, coação ou padronização de estudantes e garantindo aos professores o lugar deles. “Escola é espaço de educação. Nós, educadores, acreditamos na educação como possibilidade de mudança e defendemos outra perspectiva e da inserção de outros profissionais nas escolas. Ainda é preciso discutir essa questão de gestão compartilhada”, disse a professora.

Escolas militarizadas

Em fevereiro, o GDF deu início ao projeto piloto que levou o sistema de gestão compartilhada a quatro escolas do DF: Centro Educacional (CED) 3, em Sobradinho; CED 1, na Estrutural; CED 7, em Ceilândia; e CED 308, no Recanto das Emas. Os colégios passaram a funcionar sob monitoramento disciplinar e administrativo de policiais militares da reserva ou com restrições médicas. Ontem, o secretário Rafael Parente anunciou que o regimento interno adotado a partir deste ano nas demais escolas terá semelhanças com o das escolas militarizadas.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Inep deve adotar medidas para aperfeiçoar aplicação de provas do Enem, recomenda MPF em Uberlândia

Entre as indicações estão níveis mínimos de precisão de notas, critérios objetivos na distribuição das questões e alteração na divulgação de resultados. Inep ainda não se posicionou sobre o assunto.

O Ministério Público Federal (MPF) em Uberlândia recomendou uma série de medidas para aperfeiçoamento do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) .

Entre as providências indicadas está o estabelecimento de níveis mínimos de precisão para as notas obtidas pelos alunos. Também foi recomendado que se determine critérios objetivos para a distribuição das questões, de forma que os testes não divirjam em nível de dificuldade nem em precisão em determinadas disciplinas.

A procuradoria indicou a adoção de medidas para aprimorar a alimentação do banco de itens do Enem, de modo a garantir uma oferta geral de itens e uma oferta de itens por habilidade em todos os intervalos de interesse da escala, em quantidade e qualidade suficientes para uma seleção criteriosa e atendimento de regras rígidas de construção do teste.

O MPF ainda orientou a alteração da sistemática de divulgação dos resultados do Enem, para que as notas sejam apresentadas aos candidatos com no máximo um algarismo

duvidoso.

As medidas foram recomendadas depois que o MPF encontrou fragilidades no processo de pontuação das medidas de provas do Enem 2016.

O Inep terá prazo de 30 dias para informar o acatamento da recomendação e as medidas adotadas para seu cumprimento.

O G1 entrou em contato com o Inep, que ainda não se posicionou sobre o caso.

Enem 2016 aplicado em duas datas é alvo de ação do Ministério Público Federal em Uberlândia

Perícia feita no Inep indica fragilidades no processo de pontuação das medidas de provas do Enem 2016

MPF pede esclarecimentos ao Inep sobre comissão que vai fiscalizar o conteúdo do Enem

Investigação

Desde janeiro de 2017, o MPF vem investigando a forma de elaboração, pré-teste, seleção e calibração das questões e os critérios de correção, pontuação e classificação do Enem. Naquele ano, dezenas de candidatos alegaram distorção entre as notas obtidas na primeira e na segunda aplicação do exame.

Em razão das ocupações nas escolas públicas ocorridas em 2016, as provas foram aplicadas em dois momentos e o MEC assegurou que haveria isonomia nas avaliações dos candidatos, independentemente do momento em que fizessem os testes.

No entanto, de acordo com o MPF, com o resultado geral foi verificada significativa disparidade entre as notas dos candidatos das duas aplicações, com visível superioridade das notas obtidas por quem participou da primeira aplicação.

Candidatos com desempenho muito bom na segunda aplicação, com número de acertos próximo ao total possível, alegaram ao MPF ter obtido notas similares às de candidatos com desempenho mediano na primeira aplicação. Essa disparidade teria decorrido, segundo eles, das diferentes bases amostrais (candidatos da primeira aplicação x candidatos da segunda aplicação) utilizadas na aplicação da chamada "Teoria de Resposta ao Item – TRI", a qual considera, na avaliação, o percentual de acertos e erros em cada item dos candidatos da amostra.

Conforme as representações dos candidatos à procuradoria, as evidências das diferenças entre as bases amostrais, que teriam distorcido o resultado da segunda aplicação em relação à primeira, estariam nas diferenças do percentual de “treineiros” participantes de cada aplicação; na maior abstenção da segunda aplicação em relação à primeira; e no tipo de candidato participante dos locais das provas da segunda aplicação.

Perícia

Para esclarecer o impasse quanto às alegadas distorções, o MPF solicitou a realização de perícia, para a qual foi selecionado um profissional da área de estatística especialista na

Teoria da Resposta ao Item.

"Ao final, embora não tenha sido possível identificar um grupo específico de candidatos que tenha sido prejudicado, a conclusão da perícia foi no sentido de que existem inconsistências e fragilidades no Enem capazes de comprometer a medição dos resultados obtidos por cada candidato, com a necessária fidedignidade e precisão", afirmou o procurador da República Leonardo Andrade Macedo, autor da recomendação.

Um dos problemas, segundo ele, é que, ainda hoje, ao se buscar informações referentes ao Enem no site do Inep, não se encontram dados completos e suficientes quanto à especificação, padronização e divulgação de elementos dos testes e reportagem dos resultados do processo seletivo.

"Essa omissão agride normas constitucionais e legais, relativamente aos princípios da Administração Pública e do direito de acesso a informações de interesse coletivo. Isso porque processos seletivos públicos exigem a mais ampla e irrestrita transparência e publicidade, bem como mecanismos fidedignos de medição da proficiência, já que destes dependem a legitimidade, solidez, eficácia e credibilidade do sistema, baseado na meritocracia", explicou Leonardo Macedo.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Secretária de Educação Básica do MEC pede demissão
Informação foi confirmada pelo ministério; Tania Leme de Almeida é engenheira, deu aulas de educação tecnológica no Centro Paula Souza e havia assumido a Secretaria de Educação Básica em janeiro deste ano.**

A engenheira e professora Tania Leme de Almeida pediu demissão do cargo de secretária de Educação Básica do Ministério da Educação nesta segunda-feira (25). A informação foi confirmada à TV Globo pela assessoria de imprensa do MEC na noite desta segunda.

A pasta não informou o motivo por trás do pedido de demissão.

Antes de assumir a secretaria no MEC, Tania foi professora do Centro Paula Souza, em São Paulo.

Mudanças no MEC

Nas últimas semanas, uma série de mudanças foi feita nos cargos do alto escalão do MEC. No dia 11, a Casa Civil publicou, em uma edição extra do "Diário Oficial da União", a exoneração de seis cargos, incluindo o chefe de gabinete do ministro, o secretário-executivo adjunto, três diretores e um assessor especial.

Na mesma edição do DOU, três desses seis cargos receberam nomeações, inclusive o de secretário-executivo adjunto, para o qual Rubens Barreto da Silva foi nomeado.

No dia seguinte, o ministro exonerou Luiz Antônio Tozi do cargo de secretário-executivo, considerado o número 2 do MEC. Ele indicou, por meio de uma rede social, que seu substituto seria Barreto.

Já no dia 14, Vélez informou que o cargo da Secretaria-Executiva seria ocupado por Iolene Lima, que é ligada a uma igreja batista do Interior de São Paulo e foi diretora de

um colégio religioso paulista.

Na época, Vélez não informou se Barreto ocuparia outro cargo na pasta.

Iolene Lima, porém, nunca chegou a ser oficialmente nomeada para o cargo. No dia 22, ela publicou em sua conta no Twitter que não faria mais "parte do grupo do MEC".

Avaliação da Alfabetização

Também nesta segunda-feira, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) afirmou que o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) só medirá a qualidade da alfabetização das crianças a partir de 2021.

Este prazo, segundo o Inep, foi estabelecido em função da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da nova política de alfabetização.

Até o ano passado, a alfabetização era mensurada por outro teste, chamado de Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). Em junho de 2018, o então ministro da Educação, Rossieli Soares, que a ANA seria extinta e incorporada ao Saeb. O órgão não declarou se a ANA será retomada provisoriamente até lá.

No ano passado, o governo de Michel Temer havia anunciado que os alunos do 2º ano do ensino fundamental passariam a ser avaliados pelo Saeb em 2019. Tradicionalmente, a prova só era aplicada para o 5º e 9º ano do fundamental e para o 3º ano do ensino médio.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Conselho vai decidir se mantém indicador que amplia investimento federal em educação básica

Parecer foi produzido em 2010, mas MEC nunca homologou. Nesta segunda, governo já retirou menção a índices em uma portaria. CAQ e CAQi constam no Plano Nacional de Educação; entenda.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) convocou reunião extraordinária para decidir, nesta terça-feira (26) se mantém ou revoga os critérios atuais do Plano Nacional de Educação (PNE) para medir o investimento no ensino básico. Esses índices existem desde 2010, mas nunca foram homologados pelo Ministério da Educação e, por isso, ainda não entraram em vigor.

Justiça derruba decisão que obrigava MEC a implementar valor de gasto por aluno

Os critérios foram elaborados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), apresentados ao MEC em 2010, e entraram na versão final do PNE sancionada em 2014. São dois parâmetros:

Custo-aluno-qualidade inicial (CAQi): um cálculo que define o investimento por aluno, em cada etapa e modalidade de educação, para garantir uma qualidade mínima na educação.

Custo-aluno-qualidade (CAQ): um cálculo que define, em uma segunda fase, o investimento por aluno para aproximar a educação brasileira da oferecida em países desenvolvidos

O CAQi deveria ter sido implementado até 2016, com repasses da União a estados e municípios para reforçar o caixa da educação básica. Sem a homologação do parecer, no entanto, o texto nunca saiu do papel. Já o CAQ teria que ter entrado em vigor em meados de 2018.

O problema, segundo o CNE, é que decisões judiciais recentes – em ações movidas pelos governos locais – ordenaram que o MEC comece a repassar o dinheiro. Entre os argumentos de governadores e prefeitos, está o fato de que eles vêm sendo cobrados em avaliações de desempenho ligadas ao Plano Nacional de Educação.

O tema será tratado em reunião extraordinária da Câmara de Educação Básica. Pelo calendário regular, o colegiado já se reuniria na próxima semana, mas o debate foi antecipado para não tomar o tempo das outras pautas.

Nessa reunião, a Câmara de Educação Básica pode:

manter o texto, e reenviar ao MEC para que homologue e comece a repassar as verbas; alterar o texto, revendo o indicador ou os prazos, por exemplo, ou revogar o texto, como forma de rejeitar o CAQ e o CAQi como indicadores de política pública.

Se o parecer for revogado, na prática, o impasse se mantém. Isso, porque os indicadores constam no texto do Plano Nacional de Educação (PNE), que só pode ser alterado com o envio de uma nova lei ao Congresso Nacional. O governo não informou, até esta segunda, se pretende tomar essa atitude.

Primeira medida

Nesta segunda (24), antes mesmo da deliberação do CNE, o Ministério da Educação retirou o CAQ e CAQi de uma portaria. O texto define a composição e as atribuições do Comitê Permanente de Avaliação de Custos na Educação Básica, e também trocou a participação do Fórum Nacional de Educação por um representante do Ministério da Fazenda.

O artigo 2º dizia que o comitê tinha, como missão, assessorar o ministro na “análise de mecanismos federativos de cooperação e colaboração para implementação do Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi e Custo Aluno-Qualidade – CAQ”.

Na nova versão, consta a “avaliação da viabilidade de implementação de valores per capita associados à qualidade da educação básica, vinculada a existência das correspondentes fontes de custeio ou financiamento”, sem menção a nenhum indicador específico.

Reação às mudanças

A convocação da reunião extraordinária fez com que a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal (MPF), pedisse nesta segunda-feira esclarecimentos ao CNE.

"No termo de convocação, o CNE limitou-se a informar a necessidade de cumprimento

imediate dessa decisão judicial, sem nenhuma informação adicional acerca do conteúdo da referida decisão – impactando no controle social, na transparência e na publicidade dos atos administrativos, conforme estabelece o próprio regimento interno do Conselho", afirmou a PFDC, que deu ao conselho um dia útil para prestar esclarecimentos e encaminhar os documentos relativos ao parecer.

Os tribunais de conta, que nos últimos anos têm aperfeiçoado os mecanismos de fiscalização das metas do PNE, principalmente as ligadas à expansão de creches e pré-escolas, também se manifestaram contra mudanças no parecer. Em um ofício encaminhado ao CNE, Cezar Miola conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS) e presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rio Branco (IRB), expressou "preocupação" do comitê "quanto a possíveis mudanças em relação ao conteúdo do Parecer nº 08/2010, do Conselho Nacional de Educação. Ou, o que seria muito grave, a sua revogação".

Miola também defendeu a implantação do CAQi e do CAQ e afirmou que, sem esses parâmetros, o trabalho de fiscalização dos tribunais de conta é afetado. Além disso, o conselheiro disse que os municípios e estados fiscalizados usam a ausência dos indicadores "como elementos de impacto na gestão, configurando-se impeditivos da efetiva e integral aplicação dos dispositivos insertos no PNE".

Aumento do PIB investido em educação

O coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), Daniel Cara, também critica as medidas. Segundo ele, o CAQi exigiria investimento adicional de pelo menos 1% a mais do PIB anual em educação básica, a partir do esforço da União e de estados e municípios "que puderem colaborar".

"O que se sabe, por exemplo, é que a creche precisa ter um investimento de três a quatro vezes, a depender do local onde a creche está instalada, maior do que já existe hoje. Assim como também acontece com a pré-escola, um pouco menos no ensino fundamental e no médio", disse ele.

Para Daniel Cara, a condução do processo está equivocada dentro do governo. "Primeiro, você tira o CAQi e o CAQ do comitê que discute o financiamento da educação. Ao mesmo tempo, retira desse comitê o Fórum Nacional de Educação, que tem representação da sociedade civil, e coloca o Ministério da Fazenda. Com isso, ele assume que não vai cumprir com as estratégias do Plano Nacional de Educação que tratam do tema", critica Daniel Cara.

"Não cumprindo com as estratégias, ele (governo) pretende argumentar que é melhor, então, tirar da lei esses termos, que são fundamentais para a luta pública pelo direito à educação", diz o coordenador da CNDE.

Questionado pela TV Globo nesta segunda, o MEC não comentou a mudança na composição do comitê, e nem a retirada dos indicadores do texto da portaria.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Governo revoga portaria com mudanças no Sistema de Avaliação da Educação Básica

Decisão assinada pelo ministro da Educação foi publicada no Diário Oficial nesta terça-feira (26). Um dos pontos polêmicos tratava sobre a avaliação da alfabetização de crianças, que seria feita a partir de 2021.

O Ministério de Educação anulou a portaria que previa novas regras para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), publicada nesta segunda-feira (25). A decisão, que consta no Diário Oficial da União desta terça-feira (26), foi assinada pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Ainda não há definição de quando as novas diretrizes do Saeb serão divulgadas.

A portaria anterior definia que a medição da qualidade da alfabetização das crianças só seria feita a partir de 2021. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), este prazo foi estabelecido em função da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da nova política de alfabetização.

No ano passado, o governo de Michel Temer havia anunciado que os alunos do 2º ano do ensino fundamental passariam a ser avaliados pelo Saeb em 2019. Tradicionalmente, a prova só era aplicada para o 5º e 9º ano do fundamental e para o 3º ano do ensino médio.

Conselho decide hoje se mantém critérios sobre investimento em educação básica

A intenção de incluir esses alunos mais novos seria diagnosticar possíveis problemas na aprendizagem da leitura e da escrita.

Até o ano passado, a alfabetização era mensurada por outro teste, chamado de Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). Em junho de 2018, o então ministro da Educação, Rossieli Soares, que a ANA seria extinta e incorporada ao Saeb.

Amostra em ciências humanas e ciências da natureza

A portaria anterior definia ainda que pela primeira vez, o Saeb traria questões de ciências da natureza e de ciências humanas – conforme havia sido prometido pela gestão anterior, no governo Temer. A novidade era que somente parte dos alunos do 5º ano seria avaliada, em caráter de amostra.

Até 2018, os estudantes respondiam apenas a perguntas de português e de matemática. Em junho do ano passado, o então ministro da Educação, Rossieli Soares, anunciou que a avaliação passaria a contemplar também perguntas de outras duas áreas: ciências da natureza e ciências humanas.

Secretária pede demissão

A engenheira e professora Tania Leme de Almeida pediu demissão do cargo de secretária de Educação Básica do Ministério da Educação nesta segunda-feira (25).

A informação foi confirmada à TV Globo pela assessoria de imprensa do MEC na noite desta segunda-feira.

A pasta não informou o motivo do pedido de demissão. Antes de assumir a secretaria no MEC, Tania foi professora do Centro Paula Souza, em São Paulo.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

MEC revoga decisão de não avaliar alfabetização de crianças

Anulação da medida foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira

A medida do Ministério da Educação que adiava a avaliação da alfabetização de crianças para 2021 foi revogada. No Diário Oficial da União desta terça-feira, 26, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez assina decreto que anula a decisão anunciada na segunda-feira, que terminou com o pedido de demissão da secretária de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida. Ainda não há informações sobre as novas diretrizes para as avaliações.

A suspensão do adiamento apenas um dia depois do anúncio original é mais um recuo do ministério comandado por Vélez Rodríguez, que enfrenta uma disputa interna envolvendo diferentes núcleos que sustentam o governo.

O MEC havia decidido alterar projeto do ex-presidente Michel Temer e não avaliar a alfabetização das crianças brasileiras até 2021. O índice é medido pelo Sistema de Avaliação Básica (Saeb), aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A pasta justificou que o adiamento foi solicitado pela Secretaria de Alfabetização porque no ano de 2021 todas as escolas do país terão implantado a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e estarão ajustadas às políticas de alfabetização propostas pelo ministério.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Estudantes de escola pública participam de competição nos EUA

Aulas de robótica em uma salinha em São José dos Campos ensina muito mais do que construir robôs, estudantes aprendem a trabalhar em equipe

O estudante do segundo ano do ensino médio, Diego Rosseto da Rocha descobriu a oficina de robótica em uma salinha da Escola Estadual Alceu Maynard Araújo Professor em São José dos Campos, como “xereta”.

“Uma professora comentou que alguns alunos estavam construindo robôs e que talvez eu me interessasse pelo assunto, fui até lá e estou há dois anos”, conta. O projeto desenvolvido de forma voluntária pelo professor Leonardo Rosa ensina robótica e programação para estudantes do 9º ano do ensino fundamental ao 3º do médio.

Professora usa sucata e tecnologia para mudar a vida de alunos em SP

A ideia deu tão certo que o time já participa de competições nos Estados Unidos.

“Dava aula em uma escola técnica e queria levar um projeto de robótica para uma escola pública, fui visitar o colégio onde estudei e ali, em abril de 2016, começamos os projetos de robótica em uma salinha”, conta Rosa.

Um dos objetivos do professor era levar os alunos para participarem da First Robotic Competition que ocorre todos os anos nos Estados Unidos. Um projeto ambicioso e caro, mas que resultou na criação da equipe Brazilian Storm. “Quando começamos, tínhamos apenas 8 integrantes, muitos não acreditam que têm capacidade para construir um robô, mas após a primeira viagem aos Estados Unidos, em 2017, nosso grupo

creceu”.

A primeira participação na competição contou com alguns patrocínios, mas boa parte da verba veio da venda de rifas e brechós organizados pela equipe. “Nos dedicamos muito para a realização do projeto, os estudantes vinham nas férias para concluir o robô em seis semanas, mas não tínhamos verba para viajar”, conta.

Os alunos passaram a vender rifas em eventos na cidade na tentativa de conseguir um patrocinador. E conseguiram. Após uma palestra no Parque Tecnológico de São José dos Campos, Guto Ferreira, presidente da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) viu um grupo de meninos e meninas expondo um robô.

“Aquela cena me chamou a atenção e fui até ali conhecer o trabalho deles”, conta Ferreira. “Eles estavam vendendo rifas para enviar ao menos um representante para os Estados Unidos e percebi que poderíamos apoiar a participação deles na competição”.

O time foi para os Estados Unidos participar de duas etapas em Little Rock (Arkansas) e em Huntsville (Alabama) no mês de fevereiro e trouxe na bagagem um pouco mais que prêmios e troféus. “Eu não teria condições de viajar para o exterior e aprendi muito, não apenas sobre competição, mas como trabalhar em equipe e a responsabilidade de participar de um time”, conta Diego.

A animação foi tamanha que o projeto de robótica realizado na salinha da escola estadual de São José dos Campos serviu de inspiração para a ABDI formatar um programa focado em escolas públicas. “Vamos oferecer ao MEC algo que seja escalável, que atinja muitos jovens e, ao mesmo tempo, melhore a formação e qualificação da mão-de-obra para o setor”, diz Ferreira. “Pode ser um pouco batido, mas a verdade é que só vamos mudar o país pela educação”.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Secretária de Educação Básica pede demissão do MEC

A secretária de Educação Básica, Tania Leme de Almeida, pediu demissão do MEC (Ministério da Educação) após não ter sido consultada sobre a decisão de suspender a avaliação de alfabetização.

Esta é a terceira baixa no alto escalão da pasta. A publicação da portaria com mudanças no sistema de avaliação, no Diário Oficial da União nesta segunda-feira (25), foi a gota d'água para o desligamento.

Tania já havia pedido desligamento da pasta na semana passada mas foi convencida pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez a ficar mais tempo.

A secretária também vinha sendo atacada, dentro e fora do MEC, pela ala ligada ao escritor Olavo de Carvalho. Ela chegou ao MEC por indicação do ex-secretário executivo da pasta, Luiz Antonio Tozi. Tozi acabou demitido por Vélez após pressão de olavistas chegar ao presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Alunos do escritor foram atingidos por um processo de mudanças de cargos na pasta e passaram a atacar o ministro e exigir demissões. (...)

Por Paulo Saldaña, na Folha.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Secretária de Educação Básica do MEC pede demissão

A secretária de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida, pediu demissão hoje (25) do cargo. Em uma breve nota, o Ministério da Educação confirmou "o pedido de demissão".

A Secretaria de Educação Básica é responsável pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio.

Com mestrado e doutorado em engenharia civil-hidráulica, Tânia de Almeida pesquisa gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, solos contaminados, metais pesados e aterro sanitário.

A professora do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, em São Paulo, Tânia de Almeida desenvolve experiências profissionais também no Laboratório de Química Ambiental da Universidade de São Paulo (USP).

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Vacina contra febre amarela pode proteger contra o zika

Descoberta de pesquisadores da UFRJ e da Fiocruz traz promessa de evitar nova epidemia

RIO — A vacina da febre amarela pode proteger contra a infecção pelo vírus zika. Um estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) mostrou que, em testes, a vacina estimula o organismo a destruir o zika. Embora o número de casos da doença tenha diminuído nos últimos meses, a zika é uma das mais temidas infecções do mundo porque causa microcefalia e uma série de malformações em bebês, além de distúrbios neurológicos, como a síndrome de Guillain-Barré, em adultos.

Desde a epidemia de 2015, numerosos grupos de pesquisa buscam desenvolver uma vacina, até agora sem sucesso. A descoberta feita por uma equipe de 16 cientistas acena com a possibilidade de controlar o zika com uma vacina já em uso no Brasil, barata e com a segurança comprovada. A ação protetora se explica porque os vírus zika e da febre amarela são parentes próximos. Pertencem à família dos flavívirus, também integrada pela dengue. Pesquisadores já suspeitavam que poderia haver uma reação cruzada entre eles, mas os resultados de estudos até agora eram contraditórios.

Havia dúvida se a infecção por um poderia proteger contra os outros ou, ao contrário, agravar a doença. O novo estudo revelou que a ação é protetora. O trabalho foi coordenado por Jerson Lima Silva, Andrea Cheble Oliveira e Andre Gomes, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem, e Herbert Guedes, do Instituto de Biofísica da UFRJ, e foi publicado em portal científico de um sistema de preprint, com os primeiros resultados.

— Os resultados são promissores e, como a vacina de febre amarela já é recomendada no país, a mensagem imediata é que as pessoas devem se vacinar porque não só evitam uma doença de elevada letalidade quanto ainda potencialmente pode ganhar proteção

contra a zika — afirma Jerson Lima Silva.

Os cientistas ainda não sabem se o mesmo acontece com a dengue porque há quatro vírus que causam a doença e seus mecanismos ainda não são totalmente conhecidos. A vacina existente contra a dengue tem ação limitada.

O parentesco entre os vírus não era o único indício de que a vacina da febre amarela poderia evitar o zika. Chamou a atenção dos cientistas o fato de haver mais casos de microcefalia e da chamada síndrome da zika congênita no Nordeste onde a cobertura vacinal contra a febre amarela não chega a 5% na maioria dos estados. Além disso, observa Guedes, os casos de zika diminuíram depois que a epidemia de febre amarela emergiu em 2017 e foram iniciadas campanhas de vacinação no Sudeste.

Os cientistas estudam agora como a vacina da febre amarela protege contra o zika. Ela é feita com o vírus vivo atenuado. O risco de contrair a doença é muito baixo, de uma reação adversa para cada 400 mil doses aplicadas. Normalmente, as vacinas estimulam o organismo a produzir anticorpos. Mas esse não parece ser o caso contra o zika. Guedes explica que ela atua sobre um tipo de linfócito que produz substâncias chamadas citocinas, tóxicas para o zika.

O trabalho foi realizado com camundongos, que foram imunizados e depois infectados pelo zika. O cérebro dos animais vacinados apresentou baixíssima concentração de vírus e nenhum sinal da doença, em contraste daqueles não imunizados. Uma das características do zika é se alastrar pelo cérebro dos bebês infectados na gestação.

O estudo só foi possível graças à rede criada para combater as doenças do Aedes (zika, dengue e chicungunha) no país e foi financiado por recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

topo 

AMAZONAS NOTÍCIAS - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Biblioteca Antenor Ferreira Filho será inaugurada nesta terça-feira na Escola Superior de Tecnologia

A Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas (EST/UEA) irá inaugurar, nesta terça-feira (26/03), às 15h, a Biblioteca Setorial Antenor Ferreira Filho. O acervo do local conta com 13.475 mil exemplares nas áreas das Engenharias Civil, Computação, Controle e Automação, Materiais, Produção, Eletrônica, Elétrica, Mecânica, Naval e Química.

“Antenor foi o primeiro diretor do Samsung Ocean Center e deu um grande impulso na estruturação e consolidação deste importante laboratório de ensino e pesquisa para a área de tecnologia de informação, comunicação e desenvolvimento de software. Ele liderou pelo exemplo como professor e pesquisador e deixa para a UEA e para o Amazonas um legado permanente de humanidade aliada à competência”, disse o reitor Cleinaldo Costa.

Os usuários poderão consultar o acervo da Biblioteca Antenor Ferreira Filho através do Sistema Pergamum, que conta com os serviços de empréstimo, devolução, renovação,

reserva de materiais bibliográficos, presencialmente ou pela internet. Além disso, terão acesso ao Repositório Institucional para depósito ou consulta de material de acesso aberto, Portal de Periódicos da **Capes**, autoatendimento para consulta, empréstimo e reserva.

Além dos serviços informacionais, os usuários terão um ambiente mais moderno, dinâmico para leitura e de pesquisa em grupo, além de treinamento interativo, acessibilidade, laboratório de informática e outras novidades que proporcionarão um ambiente agradável à comunidade acadêmica.

O material disponibilizado na biblioteca vai além da engenharia, servindo de apoio para os cursos de licenciaturas em Física, Computação, Informática e Química, além dos cursos tecnológicos em Jogos Digitais, Agrimensura, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Automação Industrial, Eletrônica, Manutenção Mecânica e em Processamento de Dados.

A nova biblioteca da EST faz parte das ações de modernização e trabalho da gestão superior da Universidade em favor da comunidade acadêmica da instituição. O objetivo é que todas as bibliotecas da Universidade tenham o mesmo padrão.

Antenor Ferreira Filho - O nome da biblioteca é uma homenagem a Antenor Ferreira Filho, que foi professor de Engenharia da Computação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e coordenador do Projeto Samsung Ocean. Graduiu-se em Matemática pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), especializou-se em Sistemas de Informação pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e cursou mestrado em Ciência das Computação pela Universidade Federal da Paraíba (UPPB). Foi programador na Ufam e na Sun Super Market (Flórida/USA), bem como analista de Sistemas do Banco do Estado do Amazonas (BEA).

Na educação, área a qual dedicou a maior parte da vida profissional, foi docente em Instituições de Ensino Superior, como Ufam, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Instituto de Tecnologia da Amazônia (Utam), Centro Universitário Luterano de Manaus (CEULM/Ulbra), Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), Centro Universitário do Norte (UniNorte) e Universidade Paulista (Unip). Atuou como diretor da Utam e coordenador do curso na UEA, Ufam, Fucapi e Unip.

topo 

LEIA JÁ - NOTÍCIAS

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

TAROBANEWS - TEMPO REAL

Hospital Veterinário prioriza atendimento à população carente

Desde o início deste mês o Hospital Veterinário (HV) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) passou a cobrar os custos de exames das Ongs que atendem animais de rua, mantendo a gratuidade dos demais procedimentos que não incidem em despesas diretas como consultas, curativos, internamentos e até cirurgias.

A mudança é resultado de decisão do Conselho Diretor do Hospital, baseado no orçamento disponível e no volume de isenções concedidas, buscando manter a gratuidade de atendimento para a população carente da região. Os exames representam um impacto financeiro direto porque implicam em pagamento de fornecedores a partir da compra de kits, de reagentes e na locação de equipamentos.

A diretora do HV, Regina Mitsuka Breganó, disse que as modificações foram esclarecidas às Ongs da região que utilizam diariamente os serviços do hospital, por meio de instrução de serviço e em reunião na UEL, no último dia 28 de fevereiro.

Na ocasião os representantes das entidades Amigo Bicho, SOS Vida, AMAR e Defesa Animal tiveram acesso aos números do HV e foram informados sobre os novos procedimentos. Para se ter uma dimensão sobre custos, no ano passado as isenções das Ongs representaram mais de R\$ 116 mil aos cofres do hospital, em um momento que as instituições públicas vivenciam desafios para manter os serviços, com orçamentos reduzidos e problemas para reposição de pessoal.

O fato se agrava porque não existe um Centro de Zoonoses que atenda o Norte do Paraná, que deveria assumir o papel de recolher animais abandonados, fazer diagnóstico desses cães e gatos e de fazer o trabalho educativo sobre posse responsável.

ISENÇÃO À COMUNIDADE - A diretora esclarece que o Hospital Veterinário, enquanto serviço 24 horas, concede vários tipos de isenções, beneficiando sobretudo a população carente de Londrina e região. O HV acaba sendo o centro de referência no atendimento a estes animais.

Este ano, a isenção, mediante triagem social, cresceu aproximadamente 30% em relação ao mesmo período do ano passado (1º de janeiro a 23 de março). A política de atendimento da unidade prevê desconto total ou de 50%, concedidos conforme análise socioeconômica familiar. Para ter direito ao benefício o proprietário precisa apresentar os boletos de água, de luz e o carnê do IPTU, que são analisados pelo Serviço Social da Universidade.

Além da população carente, o hospital ainda isenta o atendimento aos animais da Polícia Militar, cães doadores de sangue e todos os casos atendidos considerados de interesse didático, ou seja, casos que contribuem para o ensino. Somente no ano passado os custos com a isenções chegaram R\$ 624 mil.

NÚMEROS - Ao mesmo tempo que o volume de atendimento tem aumentado, o HV sofre com a falta de reposição de pessoal, tanto professores como servidores técnico-administrativos. Em 2009 o hospital tinha 45 servidores que foram reduzidos para 35 este ano. Neste período os atendimentos saltaram de 3.970 para 18.201. Em 2018, foram abertos 5.641 prontuários que resultaram em 18.201 consultas. Este descompasso acaba também impactando junto aos serviços prestados, já que são os próprios estudantes e professores plantonistas que reforçam o trabalho de limpeza e higiene.

A diretora do HV esclarece ainda que a unidade é campo de aprendizagem do curso de graduação em Medicina Veterinária, do CCA, considerado entre os mais bem avaliados do país.

Existe ainda o programa de Residência em Medicina Veterinária, que abre 34 vagas/ano, para formação em pós-graduação *Latu sensu*.

O curso mantém ainda dois programas de Pós-graduação, entre eles o de Ciência Animal, avaliado com nota 6 pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes) do MEC, um dos mais produtivos nesta área.

“Nosso trabalho não pode ser medido somente pelo atendimento, é preciso considerar que trabalhamos como hospital-escola ligado à uma graduação, pós-graduação e geração de conhecimento científico. Nosso foco precisa ser a qualidade da formação desta mão de obra altamente especializada”, explica a diretora.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro suspende avaliação de alfabetização por dois anos Inep diz que suspendeu prova para adequá-la à nova política de alfabetização e à base curricular

Por decisão do Ministério da Educação, a avaliação de alfabetização deste ano foi suspensa e só voltará a ser realizada em 2021. A portaria com as diretrizes do Saeb, avaliação da educação básica, foi publicada nesta segunda-feira (25) no Diário Oficial da União.

O cronograma do Saeb estava atrasado, o que gerou apreensão entre secretários de Educação. Já havia dúvidas dentro do Inep, responsável pela avaliação, com relação à série para a qual a prova de alfabetização seria aplicada. Mas agora ela foi suspensa por dois anos.

Segundo o órgão, a interrupção da prova ocorre para que as redes escolares possam se adaptar à Base Nacional Comum Curricular (que define o que os alunos devem aprender) e à nova política de alfabetização proposta pelo governo. Minuta dessa nova política do governo Jair Bolsonaro indica a preferência a um método de alfabetização, o chamado fônico, decisão criticada.

O tema é uma das prioridades elencadas pela gestão e o MEC criou neste ano uma nova secretaria de Alfabetização, comandada por Carlos Nadalim. No entanto, a pasta vive uma crise que tem paralisado as ações. A própria permanência do ministro Ricardo Vélez Rodríguez não é dada como certa.

A avaliação de alfabetização inclui provas de escrita, leitura e matemática. Segundo o último resultado, mais da metade dos alunos do 3º ano do ensino fundamental tem nível insuficiente no exame.

A portaria desta segunda-feira desmonta as regras definidas pelo governo Michel Temer (MDB). No fim do ano passado, uma outra portaria indicava a realização da prova de alfabetização no 2º ano do ensino fundamental (antes era no 3º ano) e a inclusão de avaliações de ciências para alunos do 9º ano —além das provas de português e matemática.

Agora, além de não haver prova de alfabetização, o governo vai aplicar uma avaliação de ciências só de forma amostral no 9º ano. Uma outra avaliação prevista para a educação infantil será realizada apenas como projeto-piloto em número reduzido de escolas.

Apesar de o Inep citar a necessidade adequação à Base Curricular como motivo da suspensão da prova de alfabetização, o restante da prova não levará em conta o que já foi definido pela Base. O exame seguirá a matriz atual. A exceção será as questões de ciências.

O Saeb, realizado a cada dois anos, avalia o aprendizado de alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º do ensino médio. Os resultados são usados para o cálculo do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) para escolas e redes, além de indicadores para municípios, estados e para o país.

A avaliação federal da alfabetização foi criada em 2013, no governo Dilma Rousseff (PT), para ser realizada anualmente. Em 2015, o MEC também suspendeu a realização por falta de recursos.

A última edição da antiga Avaliação Nacional de Alfabetização foi realizada em 2016. Em 2018, o MEC decidiu incluir essa prova no âmbito do Saeb, oficializando a aplicação a cada dois anos.

As provas do Saeb serão aplicadas em outubro e os resultados devem ser divulgados em 2020.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Entidade que representa gestores municipais critica decisão do MEC de adiar avaliação de alfabetização

Undime afirma que não foi consultada pelo ministério; Municípios são os principais responsáveis pelo ensino fundamental no país

RIO- A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), que representa os secretários de Educação dos municípios, responsáveis por 67,8% das matrículas no primeiro segmento do ensino fundamental, criticou a decisão do governo de adiar a avaliação de alfabetização. A organização afirma ainda que foi pega de surpresa, contrariando a prática dos últimos governos, que consultavam a organização antes de tomar decisões de impacto.

Nesta segunda-feira, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) publicou uma portaria adiando a avaliação de alfabetização para 2021. No ano passado, a gestão Michel Temer afirmou que passaria a verificar a alfabetização mais cedo, aos 7 anos de idade (2º ano do ensino fundamental), em uma prova que deveria ser feita em outubro de 2019. De acordo com o presidente da Undime, Aléssio Costa Lima, o hiato na realização da análise pode prejudicar o desenvolvimento de políticas públicas para área.

— A gente foi surpreendido com a publicação dessa portaria. Ficamos preocupados com o prejuízo para a Educação, sobretudo na etapa de alfabetização. Protelar a avaliação para 2021, um tempo demasiadamente grande, significa quase quatro anos sem diagnóstico — criticou Lima. — Em que pesem as limitações metodológicas, a avaliação cumpre papel importante para mostrar a gravidade do problema. Isso é muito importante para que muitos estados e municípios pautem políticas para priorização dos anos iniciais e dos processos de alfabetização.

Na opinião de Lima, a decisão de realizar a avaliação em dois anos impossibilitará que seja feito um retrato do início da nova política federal para a alfabetização.

— Estamos perdendo uma excelente oportunidade de produzir um diagnóstico de entrada do governo, nesse momento em que estão sendo definidas novas políticas. Seria importante fazer a avaliação para termos parâmetros posteriores acompanhamento do impacto das políticas de alfabetização que vão ser implementadas — disse.

O presidente da Undime criticou ainda a mudança na avaliação que havia sido anunciada para a educação infantil. Anteriormente, a avaliação do ensino infantil englobaria todas as escolas públicas, sem testes para os alunos, mas com questionários para os profissionais e gestores. Agora, será por amostra e como "estudo-piloto".

— Uma avaliação ampla da educação infantil seria uma grande conquista para as redes municipais de ensino. Reduzir a avaliação a uma pesquisa exploratória, por amostragem, não será positivo para o sistema de ensino. Ainda que uma pesquisa assim seja capaz de mostrar indicadores que permitem diagnóstico geral, não fornecerá informações suficientes para que os gestores possam conhecer melhor as condições da rede e fazer intervenções pontuais — analisou.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Saeb avaliará creches e terá prova de ciências para ensino fundamental

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) vai aplicar, neste ano, provas de ciências da natureza e ciências humanas para estudantes do 9º ano do ensino fundamental e vai avaliar creches e pré-escolas. Ambas avaliações, no entanto, serão feitas de forma amostral, ou seja, apenas em um grupo de escolas.

As avaliações fazem parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), cujas diretrizes foram publicadas hoje (25), em portaria no Diário Oficial da União. As mudanças foram anunciadas no ano passado pelo Ministério da Educação (MEC).

As provas de ciências serão aplicadas para uma amostra de estudantes de 9º ano do ensino fundamental, tomando por referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, documento que estipulou o mínimo que os estudantes devem aprender a cada etapa do ensino infantil e fundamental.

A intenção de avaliar os conhecimentos dos estudantes nessa área é aproximar a avaliação brasileira de avaliações internacionais como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), aplicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aos estudantes de 15 anos de diversos países. Em 2015, na última avaliação, o Brasil ficou em 63ª posição em ciências, em um ranking com 70 países ou regiões.

Já na educação infantil, o objetivo é verificar a infraestrutura de creches e pré-escolas e a formação de professores, entre outros quesitos. A avaliação será feita em uma amostra de instituições públicas ou conveniadas com o setor público, localizadas em zonas urbanas e rurais. A aplicação será feita em caráter de estudo-piloto.

O Saeb será aplicado este ano entre os dias 14 e 25 de outubro. Além das avaliações amostrais, todas as escolas públicas e uma amostra de escolas privadas que oferecem o 5º e 9º ano do ensino fundamental e a 3ª e 4ª série do ensino médio farão exames de língua portuguesa e matemática. Diretores, professores e estudantes responderão também a questionários sobre a infraestrutura das escolas e outras questões.

Alunos da Escola Sesc de Ensino Médio durante aula, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio.

Provas de ciências serão aplicadas para uma amostra de estudantes de 9º ano do ensino fundamental,. – Tomaz Silva/Agência Brasil

Avaliação da alfabetização

O MEC decidiu adiar para 2021 a avaliação da alfabetização dos estudantes de todo o país. A decisão foi tomada, segundo o Inep, para dar tempo para as escolas se adequarem aos novos currículos elaborados a partir da BNCC.

Até 2016, os estudantes do 3º ano do ensino fundamental fizeram a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Os resultados mostraram que mais da metade dos estudantes apresentaram nível insuficiente de leitura e em matemática para a idade, ou seja dificuldade em interpretar um texto e fazer contas.

Em 2017, a BNCC estipulou que os estudantes fossem alfabetizados até o 2º ano do ensino fundamental. Com isso, a ANA, que seria aplicada novamente em 2018, foi extinta. O MEC reformulou as provas para avaliar os estudantes no 2º ano, geralmente com 7 anos, e não mais no 3º, sobre o que aprenderam em língua portuguesa e matemática. A primeira prova seria aplicada este ano.

“A avaliação da alfabetização, conforme solicitação da Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação (MEC), foi adiada para o Saeb 2021, quando as escolas de todo país tiverem implantado a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e estiverem ajustadas às políticas de alfabetização propostas pela referida Secretaria”, comunicou hoje o Inep.

A alfabetização é uma das prioridades estipuladas pelo Governo Federal. O MEC deverá apresentar ao final dos 100 primeiros dias de governo uma proposta de Política Nacional de Alfabetização.

Saeb

O Saeb é aplicado em escolas de zona urbana e rural que tenham pelo menos dez estudantes matriculados nas etapas avaliadas. A avaliação externa em larga escala é realizada pelo Inep desde 1990. O Saeb mede o aprendizado dos estudantes em língua portuguesa e matemática e, com isso, subsidia o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal indicador de qualidade da educação básica.

Os resultados preliminares das escolas participantes do Saeb 2019 poderão ser acessados pelos diretores escolares em 31 de maio de 2020, por meio de sistema on-line, disponível no portal do Inep.

Escolas, estados e municípios terão acesso aos resultados finais até 31 de agosto de 2020. Os microdados, com todas as informações coletadas, serão disponibilizados até dezembro de 2020. Até junho de 2021, o Inep publicará Relatório Analítico sobre a Qualidade da Educação Básica a partir das evidências do Saeb 2019.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Desistência de avaliar alfabetização surpreendeu até integrantes do MEC

A desistência de avaliar a alfabetização das crianças é um retrato do descompasso interno no Ministério da Educação (MEC). A publicação da portaria pegou de surpresa até integrantes da pasta que trabalham na área de educação básica, segundo a reportagem apurou.

Especialistas que fazem parte do Conselho Nacional de Educação (CNE) e secretários de educação também não tinham sido avisados da mudança. Pelo contrário, o MEC vinha garantindo que manteria a avaliação da mesma forma que havia sido proposta no ano anterior em encontros recentes.

"É um retrocesso, uma triste notícia", diz a secretária de educação do Ceará, Eliana Estrela. O Estado criou uma avaliação da alfabetização em 2007, com adesão dos municípios, e se tornou referência na área no País. Segundo ela, sem avaliar não é possível saber se as crianças estão aprendendo a ler e escrever na idade certa, quantas já foram alfabetizadas, onde deve haver um investimento maior, onde dar um olhar especial. "A avaliação que nos dá esse retrato para as políticas públicas." Na última

avaliação de alfabetização, as crianças do Ceará superaram a média brasileira em Leitura, Escrita e Matemática e foi o Estado com os melhores resultados do Nordeste.

Dentro do MEC, um dos que discorda da avaliação é o secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim. Ele é considerado do grupo que tem conexões com o filósofo Olavo de Carvalho, guru dos bolsonaristas. Nadalim também foi quem elaborou a minuta do decreto revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo na semana passada sobre uma política de alfabetização no País. Ele defende o método fônico, considerado antiquado e limitador por muitos especialistas. Segundo fontes, Nadalim quer mudar a alfabetização para o que considera ideal e depois voltar a avaliar.

Já os remanescentes do grupo mais técnico do MEC queriam manter a avaliação e nem foram informados da mudança que estava sendo feita no Inep. O presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, veio do grupo de militares da reserva e tem ganhado força dentro da pasta.

O comunicado do Instituto de Pesquisas e Estudos Educacionais (Inep) atribui a mudança no Saeb justamente à secretaria de Alfabetização. E diz que intenção é adequar a avaliação tanto à nova política do governo Bolsonaro quanto à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O problema é que as duas políticas não conversam. A BNCC, por exemplo, não privilegia nenhum método de ensino e diz que alfabetização deve ocorrer até o fim do 2 ano. No MEC, há a indicação para que isso aconteça no fim do 1 ano.

A notícia revelada hoje cedo pelo jornal O Estado de S. Paulo também pegou de surpresa a comunidade educacional. O diretor presidente do Instituto Natura, David Saad, disse que a desistência em avaliar a alfabetização não contribui para superar um dos maiores desafios da educação brasileira. "É preciso que o MEC rapidamente compartilhe sua estratégia em relação ao tema. Se pretende avaliar a alfabetização de outra forma ou se esta transferindo essa responsabilidade para Estados e municípios." O Instituto trabalha justamente com projetos de alfabetização em parcerias com secretarias estaduais e municipais. Atualmente, são poucos os municípios do País que avaliam a alfabetização de seus alunos. Todos contavam com as provas feitas pelo MEC.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Saeb avaliará creches e terá prova de ciências para ensino fundamental

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) vai aplicar, neste ano, provas de ciências da natureza e ciências humanas para estudantes do 9º ano do ensino fundamental e vai avaliar creches e pré-escolas. Ambas avaliações, no entanto, serão feitas de forma amostral, ou seja, apenas em um grupo de escolas.

As avaliações fazem parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), cujas diretrizes foram publicadas hoje (25), em portaria no Diário Oficial da União. As mudanças foram anunciadas no ano passado pelo Ministério da Educação (MEC).

As provas de ciências serão aplicadas para uma amostra de estudantes de 9º ano do ensino fundamental, tomando por referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, documento que estipulou o mínimo que os estudantes devem aprender a cada etapa do ensino infantil e fundamental.

A intenção de avaliar os conhecimentos dos estudantes nessa área é aproximar a

avaliação brasileira de avaliações internacionais como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), aplicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aos estudantes de 15 anos de diversos países. Em 2015, na última avaliação, o Brasil ficou em 63ª posição em ciências, em um ranking com 70 países ou regiões.

Já na educação infantil, o objetivo é verificar a infraestrutura de creches e pré-escolas e a formação de professores, entre outros quesitos. A avaliação será feita em uma amostra de instituições públicas ou conveniadas com o setor público, localizadas em zonas urbanas e rurais. A aplicação será feita em caráter de estudo-piloto.

O Saeb será aplicado este ano entre os dias 14 e 25 de outubro. Além das avaliações amostrais, todas as escolas públicas e uma amostra de escolas privadas que oferecem o 5º e 9º ano do ensino fundamental e a 3ª e 4ª série do ensino médio farão exames de língua portuguesa e matemática. Diretores, professores e estudantes responderão também a questionários sobre a infraestrutura das escolas e outras questões.

Avaliação da alfabetização

O MEC decidiu adiar para 2021 a avaliação da alfabetização dos estudantes de todo o país. A decisão foi tomada, segundo o Inep, para dar tempo para as escolas se adequarem aos novos currículos elaborados a partir da BNCC.

Até 2016, os estudantes do 3º ano do ensino fundamental fizeram a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Os resultados mostraram que mais da metade dos estudantes apresentaram nível insuficiente de leitura e em matemática para a idade, ou seja dificuldade em interpretar um texto e fazer contas.

Em 2017, a BNCC estipulou que os estudantes fossem alfabetizados até o 2º ano do ensino fundamental. Com isso, a ANA, que seria aplicada novamente em 2018, foi extinta. O MEC reformulou as provas para avaliar os estudantes no 2º ano, geralmente com 7 anos, e não mais no 3º, sobre o que aprenderam em língua portuguesa e matemática. A primeira prova seria aplicada este ano.

"A avaliação da alfabetização, conforme solicitação da Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação (MEC), foi adiada para o Saeb 2021, quando as escolas de todo país tiverem implantado a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e estiverem ajustadas às políticas de alfabetização propostas pela referida Secretaria", comunicou hoje o Inep.

A alfabetização é uma das prioridades estipuladas pelo Governo Federal. O MEC deverá apresentar ao final dos 100 primeiros dias de governo uma proposta de Política Nacional de Alfabetização.

Saeb

O Saeb é aplicado em escolas de zona urbana e rural que tenham pelo menos dez estudantes matriculados nas etapas avaliadas. A avaliação externa em larga escala é realizada pelo Inep desde 1990. O Saeb mede o aprendizado dos estudantes em língua portuguesa e matemática e, com isso, subsidia o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal indicador de qualidade da educação básica.

Os resultados preliminares das escolas participantes do Saeb 2019 poderão ser

acessados pelos diretores escolares em 31 de maio de 2020, por meio de sistema on-line, disponível no portal do Inep.

Escolas, estados e municípios terão acesso aos resultados finais até 31 de agosto de 2020. Os microdados, com todas as informações coletadas, serão disponibilizados até dezembro de 2020. Até junho de 2021, o Inep publicará Relatório Analítico sobre a Qualidade da Educação Básica a partir das evidências do Saeb 2019.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC vai deixar de avaliar a alfabetização das crianças

O Ministério da Educação (MEC) decidiu não avaliar este ano o nível de alfabetização das crianças brasileiras. Resultados anteriores têm mostrado que mais da metade dos alunos de 8 anos não consegue localizar informações em textos de literatura infantil ou escrever corretamente palavras como lousa e professor.

Por causa do desempenho preocupante das crianças, a gestão de Michel Temer anunciou em 2018 que passaria a checar a alfabetização mais cedo, aos 7 anos de idade (2º ano do ensino fundamental). A prova deveria ser feita no mês de outubro deste ano.

No entanto, portaria publicada nesta segunda-feira, 25, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do MEC responsável pelos exames, exclui as crianças de 7 anos das provas nacionais. Elas também não farão os exames de Matemática.

Estão mantidas as avaliações para os estudantes do fim dos ciclos do ensino fundamental, ou seja, 5º ano e 9º ano, e do ensino médio, no 3º ano.

As provas fazem parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que existe desde os anos 90 no Brasil e aplica testes de Português e Matemática. São a partir dos resultados do Saeb que o MEC calcula o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que se tornou o grande indicador de qualidade do ensino no País.

A alfabetização é considerada o momento mais importante da educação de uma criança. Especialistas enfatizam que um aluno alfabetizado de maneira insuficiente dificilmente terá condição de continuar aprendendo na escola.

Sem avaliação neste ano, perde-se a possibilidade de comparação para saber se as crianças estão melhorando ou piorando. A alfabetização havia sido medida em 2014 e 2016 e deve voltar só em 2021.

Em nota publicada no seu site, o Inep afirmou que "avaliação da alfabetização, conforme solicitação da Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação (MEC), foi adiada para o Saeb 2021, quando as escolas de todo país tiverem implantado a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e estiverem ajustadas às políticas de alfabetização propostas pela referida Secretaria".

Uma política nacional de alfabetização para melhorar os resultados no País foi colocada entre as prioridades para os 100 dias do governo de Jair Bolsonaro. Na semana passada, o jornal O Estado de S. Paulo revelou a minuta do decreto que deve implementar a medida. O texto foi criticado por educadores por enfatizar um método de alfabetização,

o fônico, considerado antiquado e muito tecnicista. O decreto também dizia que deveria ser priorizada a alfabetização aos 6 anos, ou seja, mais cedo ainda, no 1º ano.

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reúne os objetivos de aprendizagem para todos os anos escolares e que foi aprovada em 2017, diz que a alfabetização deve estar concluída ao fim do 2º ano. A BNCC também não prioriza nenhum método para que se ensine a ler e a escrever. Escolas particulares de elite em São Paulo, por exemplo, mesclam os modelos existentes para garantir a aprendizagem das crianças.

Outra mudança foi com relação à prova para a educação infantil (0 a 5 anos). Pela primeira vez na história do País, havia a previsão de todas as creches e pré-escolas passarem por avaliações. As crianças não fariam testes, mas todos os professores e responsáveis pelas escolas responderiam a questionários sobre estrutura, projeto pedagógico, materiais. Agora, a portaria prevê que apenas uma amostra seja avaliada, "em caráter de estudo-piloto".

Pesquisas no mundo inteiro têm mostrado que uma educação infantil de qualidade é crucial para o desenvolvimento das crianças.

Pela primeira vez também todos os alunos de 9º ano fariam provas Ciências da Natureza e Ciências Humanas. O Inep agora decidiu que só uma amostra, que ainda será selecionada, passará pelos novos exames.

A opção pela amostragem em vez de avaliar todos os alunos indica uma intenção de economizar recursos, mas especialistas questionam se haverá influência nos resultados. Na educação infantil, por exemplo, como nunca foi avaliada, existe a dificuldade de se calcular uma boa amostra já que não se conhece o universo.

A portaria do Saeb foi uma das medidas atrasadas por causa das disputas internas no MEC e o enfraquecimento do atual ministro, Ricardo Vélez Rodríguez. O documento precisava ser publicado para que outros procedimentos da prova prosseguissem. O Inep é um dos poucos órgãos do ministério que conseguiu nas últimas semanas seguir com o trabalho e cumprir os prazos predeterminados.

No dia 26 de dezembro do ano passado, a gestão do MEC no governo Temer havia publicado uma portaria justamente com as regras para o Saeb de 2019. O documento de agora substitui o anterior.

CORREIO DO ESTADO - MS - OPINIÃO

Currículo de/para a educação física escolar

CHRISTIANE CAETANO MARTINS FERNANDES. Doutoranda em Educação da UFMS

É preciso apreender os currículos prescritos, e nesse caso específico os de educação física, a partir do debate sobre o que se aprende e o que é ensinado na escola. Assim, aos docentes e agentes do campo da educação física, isto é, os que pertencem a esse espaço social imbuído de conflitos e tensões cabem compreender as transformações e as diferentes estratégias impostas por agentes dotados de legitimidade e produtores de bens simbólicos, por possuírem diferentes espécies de capitais (econômico, social, cultural e simbólico), alguns acumulados pelas lutas dentro do campo, que a partir de interesses

específicos estabeleceram critérios de verdade, propalando assim, cada um, sua visão da área.

Constatamos haver uma disputa neste campo, sendo este influenciado pelas ciências naturais, humanas e sociais, tornando-o um espaço de conflitos onde impera interesses particulares que caracterizam a área em questão. Dessa forma, a educação física se torna um campo respaldado por meio das teorias dessas ciências, o que implica dizer que os conteúdos da área passam a investigação tomando como empréstimo essas duas matrizes teóricas, muitas vezes com predomínio de uma sobre a outra.

Tal fato é percebido em documentos/referenciais/propostas/diretrizes curriculares de educação física, considerados aqui como instrumentos potentes para manter o monopólio de determinadas matrizes teóricas, um terreno profícuo para a disputa de diferentes posições epistemológicas da área. Esses documentos locais elaborados e publicados pelas redes de ensino (municipais e estaduais) brasileiras, a partir de uma linguagem autorizada e legitimada pelos agentes que os elaboram, norteiam as ações pedagógicas dos docentes nas escolas brasileiras e apresentam ressignificações. São produzidos por grupos das secretarias de educação/comunidades epistêmicas (compostas, como assinala a autora/pesquisadora Alice Casimiro Lopes, por grupos de especialistas que além de terem como objeto de estudo o currículo precisam compartilhar concepções, valores e regimes de verdade entre si), além de universidades parceiras, professores lotados nas escolas, bem como outras influências locais.

Os documentos curriculares além de nortear o trabalho docente nas escolas buscam melhorar a qualidade do ensino público em atendimento às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96), das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), bem como da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), última versão aprovada no ano de 2017.

A partir da sua aprovação, as redes de ensino foram orientadas para adequar seus documentos curriculares e, nesse cenário, faz-se necessário retomar as inquietações relacionadas ao campo da educação e da educação física, no que tange às suas diferentes concepções no trato didático-pedagógico dos conteúdos, bem como no conhecimento produzido em seu campo em diferentes momentos da história, especificamente final da década de 1970 e início de 1980, em que se instala uma crise de identidade, e que trouxe questões sobre o corpo, não atrelada apenas a visão biológica.

Nesse viés, o currículo visto como artefato cultural passou a incorporar elementos anteriormente marginalizados, deixando assim a neutralidade curricular tradicional da/na área, a partir do rompimento com os paradigmas da aptidão física e do esporte, fortemente presentes até então. Destacamos que a crítica a esta visão foi e, ainda é necessária, no sentido de desmistificar a associação da educação física as questões físicas, reduzindo o corpo ao aspecto estritamente biológico, da formação do corpo pautado na produtividade, portanto, distante de uma formação política.

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC desiste de avaliar nível de alfabetização de crianças aos 7 anos

Portaria publicada nesta segunda-feira substitui a divulgada em dezembro pela gestão Michel Temer

25/03/2019 - 09:05 / Atualizado em 25/03/2019 - 09:48

RIO - O Ministério da Educação (MEC) decidiu não avaliar este ano o nível de alfabetização das crianças brasileiras, contrariando o que havia sido anunciado em 26 de dezembro, no governo anterior. No ano passado, gestão Michel Temer afirmou que passaria a verificar a alfabetização mais cedo, aos 7 anos de idade (2º ano do ensino fundamental), em uma prova que deveria ser feita em outubro deste ano. No entanto, uma portaria publicada nesta segunda-feira, dia 25, no Diário Oficial da União, exclui as crianças de 7 anos das provas nacionais. Elas também não farão os exames de Matemática.

A portaria é assinada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do MEC responsável pelos exames, que fazem parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)

A decisão da gestão Michel Temer se justificava nos resultados das últimas edições do Saeb. Elas mostraram que mais da metade dos alunos de 8 anos no Brasil não consegue localizar informações em textos de literatura infantil ou escrever corretamente palavras como "lousa" e "professor".

A portaria também não informa as razões da mudança. Sem avaliação neste ano, perde-se a possibilidade de comparação para saber se as crianças estão melhorando ou piorando. A alfabetização havia sido medida em 2014 e 2016 e agora não há informações sobre quando voltará a ser avaliada.

Estão mantidas as avaliações para os estudantes do fim dos ciclos do ensino fundamental, isto é, dos 5º ano e 9º ano; e do ensino médio, no 3º ano.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) existe desde os anos 1990 no Brasil e aplica testes de Português e Matemática. São a partir desses resultados que o MEC calcula o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), hoje considerado o grande indicador de qualidade do ensino no país.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

CVM aprova registro de oferta para fechar capital da Somos Educação

SÃO PAULO - O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) autorizou o pedido de oferta pública de aquisição de ações (OPA) da Somos Educação, companhia de educação básica, cujo controle foi adquirido pela Kroton em 2018. A decisão do colegiado aconteceu na sexta-feira.

O objetivo da companhia é o cancelamento de seu registro bem como a consequente saída do segmento especial de negociação do Novo Mercado da B3.

A empresa informa que o instrumento da OPA com a íntegra de seus respectivos termos e condições será publicado até 3 de abril de 2019. Outras informações também serão divulgadas no site da empresa.

No comunicado, a Somos informa que o conteúdo é de caráter exclusivamente informativo e que não constitui uma oferta de aquisição de valores mobiliários ou uma solicitação de adesão à OPA.

topo 

METRÓPOLES - TEMPO REAL

MEC vai deixar de avaliar a alfabetização das crianças

Resultados de avaliações anteriores mostram que mais da metade dos alunos de 8 anos não consegue achar informações em textos de literatura

O Ministério da Educação (MEC) decidiu não avaliar este ano o nível de alfabetização das crianças brasileiras. Resultados anteriores têm mostrado que mais da metade dos alunos de 8 anos não consegue localizar informações em textos de literatura infantil ou escrever corretamente palavras como lousa e professor.

Por causa do desempenho preocupante das crianças, a gestão de Michel Temer anunciou em 2018 que passaria a checar a alfabetização mais cedo, aos 7 anos de idade (2º ano do ensino fundamental). A prova deveria ser feita no mês de outubro deste ano.

No entanto, portaria publicada nesta segunda-feira (25/3) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do MEC responsável pelos exames, exclui as crianças de 7 anos das provas nacionais. Elas também não farão os exames de Matemática.

Estão mantidas as avaliações para os estudantes do fim dos ciclos do ensino fundamental, ou seja, 5º ano e 9º ano, e do ensino médio, no 3º ano.

As provas fazem parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que existe desde os anos 90 no Brasil e aplica testes de Português e Matemática. São a partir dos resultados do Saeb que o MEC calcula o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que se tornou o grande indicador de qualidade do ensino no País.

A alfabetização é considerada o momento mais importante da educação de uma criança. Especialistas enfatizam que um aluno alfabetizado de maneira insuficiente dificilmente terá condição de continuar aprendendo na escola.

Sem avaliação neste ano, perde-se a possibilidade de comparação para saber se as crianças estão melhorando ou piorando. A alfabetização havia sido medida em 2014 e 2016 e agora não há informações sobre quando voltará a ser avaliada. A portaria também não informa as razões da mudança.

Uma política nacional de alfabetização para melhorar os resultados no país foi colocada entre as prioridades para os 100 dias do governo de Jair Bolsonaro. Na semana passada, o Estado revelou a minuta do decreto que deve implementar a medida. O texto foi criticado por educadores por enfatizar um método de alfabetização, o fônico, considerado antiquado e muito tecnicista. O decreto também dizia que deveria ser priorizada a alfabetização aos 6 anos, ou seja, mais cedo ainda, no 1º ano.

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reúne os objetivos de aprendizagem para todos os anos escolares e que foi aprovada em 2017, diz que a alfabetização deve estar concluída ao fim do 2º ano. A BNCC também não prioriza nenhum método para que se ensine a ler e a escrever. Escolas particulares de elite em São Paulo, por exemplo, mesclam os modelos existentes para garantir a aprendizagem das crianças.

Outra mudança foi com relação à prova para a educação infantil (0 a 5 anos). Pela primeira vez na história do país, havia a previsão de todas as creches e pré-escolas passarem por avaliações. As crianças não fariam testes, mas todos os professores e responsáveis pelas escolas responderiam a questionários sobre estrutura, projeto pedagógico, materiais. Agora, a portaria prevê que apenas uma amostra seja avaliada, “em caráter de estudo-piloto”.

Pesquisas no mundo inteiro têm mostrado que uma educação infantil de qualidade é crucial para o desenvolvimento das crianças. Pela primeira vez também todos os alunos de 9º ano fariam provas Ciências da Natureza e Ciências Humanas. O Inep agora decidiu que só uma amostra, que ainda será selecionada, passará pelos novos exames.

A opção pela amostragem em vez de avaliar todos os alunos indica uma intenção de economizar recursos, mas especialistas questionam se haverá influência nos resultados. Na educação infantil, por exemplo, como nunca foi avaliada, existe a dificuldade de se calcular uma boa amostra já que não se conhece o universo.

O Saeb foi uma das decisões que saiu atrasada por causa das disputas internas no MEC e o enfraquecimento do atual ministro Ricardo Vélez Rodríguez. A portaria precisava ser publicada para que outros procedimentos da prova prosseguissem. No dia 26 de dezembro do ano passado, a gestão do MEC no governo Temer havia publicado uma portaria justamente com as regras para o Saeb de 2019. O documento de agora substitui o anterior.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Taxa do Enem 2019 sobe para R\$ 85; inscrições vão de 6 a 17 de maio

As inscrições para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2019 começam em 6 de maio e vão até o dia 17 do mesmo mês e custará R\$ 85 por candidato. O valor foi reajustado em relação ao do ano anterior, quando foi cobrado R\$ 82. As informações constam no edital publicado hoje no Diário Oficial da União.

Segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), autarquia do MEC que realiza o exame, o valor não era reajustado desde 2017. O aumento deste ano equivale a 3,7%, enquanto a inflação acumulada nos dois últimos anos foi de 6,8%. O valor pode ser pago em agências bancárias, casas lotéricas e agências dos Correios.

O novo página do exame na internet já está no ar, mas há problemas para acessar o edital em PDF. No início da manhã, uma página de erro aparecia no campo onde o documento deveria estar disponível no formato PDF. Na página do próprio Diário Oficial da União, o documento também não foi publicado por completo.

Ao UOL, o órgão afirmou que a o problema já estava sendo solucionado.

O cronograma do Enem 2019 será:

Solicitação de isenção da taxa de inscrição - 1 a 10 de abril

Justificativa de ausência no Enem 2018 - 1 a 10 de abril

Inscrições - 6 a 17 de maio

Pagamento da taxa de inscrição - 6 a 23 de maio

Solicitação de atendimento pelo nome social - 20 24 de maio
Aplicação das provas - 3 e 10 de novembro

Isenção da taxa

Antes de se inscrever, quem tem direito a isenção da taxa precisa solicitá-la por meio do sistema Enem. São liberados do pagamento da taxa todos os alunos que estão cursando o último ano do ensino médio em escola pública ou aqueles que cursaram todo o ensino médio em escola da rede pública ou com bolsa integral em unidade da rede privada de ensino, e tem renda, por pessoa, igual ou menor que um salário mínimo e meio.

Quem mostrar que está em situação de vulnerabilidade socioeconômica com renda familiar por pessoa de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos também tem direito à isenção da taxa de inscrição.

O Inep informa que o resultado de quem conseguiu a gratuidade na taxa será divulgado no dia 17 de abril e que é de total responsabilidade de quem pleiteia o benefício acompanhar a situação da solicitação. No ano passado, 3,8 milhões de pessoas solicitaram o direito de não pagar a taxa do Enem 2018.

Ter a solicitação de isenção aceita não significa que o candidato já está automaticamente inscrito. Ele precisa efetuar a inscrição por meio da Página do Estudante durante no período estabelecido pelo Inep.

O candidato que teve a isenção aprovada no ano passado, mas não compareceu aos dias de prova pode pedir isenção, mas vai precisar justificar porque não apareceu para fazer a prova. Os documentos aceitos para justificativa de ausência também constam no edital.

Quem tiver o pedido negado pode recorrer da decisão.
Mudanças do Enem 2019

O Enem vai contar com um novo sistema de inscrição e será solicitada, de forma opcional, a inclusão de foto. Surdos, deficientes auditivos e surdocegos vão poder indicar, durante a inscrição, o uso do aparelho auditivo ou de implante coclear.

Lanches passarão a ser revistados no dia da aplicação da prova.

Na prova, os candidatos terão um espaço para fazer o rascunho da redação e de cálculos, que virá ao final no caderno de questões e poderá ser destacado.
Aplicação

Desde 2017, o Enem é aplicado em dois domingos consecutivos. Este ano, as provas estão marcadas para o dia 3 e 10 de novembro. São ao todo quatro provas objetivas, com 180 questões, e uma redação. São elas:

Linguagens, Códigos e suas Tecnologias;
Ciências Humanas e suas Tecnologias;
Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
Matemática e suas Tecnologias.

CLIPPING



Os portões serão abertos às 12h e fechados impreterivelmente às 13h, do horário de Brasília. No primeiro dia, os candidatos têm até as 19h para resolver as questões. No segundo, a prova vai até as 18h30.

